

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

LIS DE FREITAS LANZA

**SER MULHER, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E
OUTRAS DROGAS**

JUIZ DE FORA
2025

LIS DE FREITAS LANZA

**SER MULHER, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E
OUTRAS DROGAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social

Orientadora: Profª. Ma. Jéssica Ribeiro Duboc

JUIZ DE FORA

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lanza, Lis de Feitas.

Ser mulher, violência de gênero e uso abusivo de álcool e outras drogas / Lis de Feitas Lanza. -- 2025.

52 f.

Orientadora: Jéssica Ribeiro Duboc
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2025.

1. Mulher. 2. Uso abusivo de álcool e outras drogas . 3. Violência de gênero. 4. Formação sócio-histórica. 5. Brasil. I. Duboc, Jéssica Ribeiro, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Lis de Freitas Lanza		
Matrícula Discente	202119018		
Título do TCC	Ser Mulher, Violência de Gênero e Uso Abusivo de Álcool e outras Drogas		
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso		
Curso	Serviço Social		
Orientador(a)	Jéssica Ribeiro Duboc		
Coorientador (se houver)			
Data da aprovação	21/08/2025		
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Ma.	Jéssica Ribeiro Duboc	Orientadora
	Dra.	Sabrina Pereira Paiva	Membro da banca
	Dra.	Fernanda Picinin	Membro da banca

Aaprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 21 de agosto de 2025.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Ribeiro Duboc, Professor(a)**, em 23/08/2025, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Picinin Moreira, Professor(a)**, em 25/08/2025, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2540046** e o código CRC **559DB966**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (X) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Ser Mulher, Violência de Gênero e Uso Abusivo de Álcool e outras Drogas**, para fins de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, pelo(a) discente Lis de Freitas Lanza (matrícula 202119018), sob orientação da Prof.(a) Ma.Jéssica Ribeiro Duboc e coorientação da Prof. a) Dr(a) _____, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 21 dias do mês de agosto do ano de 2025, às 17 horas, na sala 2 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Ma.	Jéssica Ribeiro Duboc	Orientadora
Dra.	Sabrina Pereira Paiva	Membro da banca
Dra.	Fernanda Picinin	Membro da banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(x) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstaciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota:100

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 21 de agosto de 2025.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Ribeiro Duboc, Professor(a)**, em 23/08/2025, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Picinin Moreira, Professor(a)**, em 25/08/2025, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Pereira Paiva, Professor(a)**, em 26/08/2025, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lis de Freitas Lanza, Usuário Externo**, em 26/08/2025, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2539723** e o código CRC **03FE144D**.

*Aos meus maiores amores: meus pais,
Marília e Jaime, e minhas irmãs, Nina e
Paula.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Marília e Jaime, por sempre me incentivarem a alcançar a minha independência em todos os âmbitos da vida e por me ensinarem que o valor e sentido da nossa trajetória estão nas pessoas, nas nossas relações. Essas são minhas maiores heranças.

Obrigada, Nina, minha (alma) gêmea, por me encher de abraços e beijos todos os dias há (quase) 23 anos. Saber que tenho você me esperando em casa é o que me tranquiliza nos momentos mais difíceis e alegra todos os dias.

Obrigada, Paula, minha irmã mais velha e dona do coração mais mole que conheço, por não medir esforços para cuidar de mim nos dias em que mais precisei de colo nesses últimos anos. Espero que sempre se sinta amparada, como eu me sinto com você por perto.

Agradeço às minhas amigas que o Serviço Social apresentou, Karina, Júlia, Madu, Kamille, e Rhany por tornarem esses anos de graduação mais leves e felizes; por dividirem comigo as alegrias e tristezas que nos atravessaram nesse tempo. Desejo à vocês todo amor e sucesso do mundo, e que a gente siga se encontrando mundo afora.

Obrigada, amiga Anninha, por permanecer tantos anos ao meu lado, compartilhando as diferentes etapas da vida, das mais dolorosas, às mais gostosas.

Obrigada, Gigi, minha supervisora de campo de estágio e amiga, por ser tão boa referência profissional e fazer do CAPS um lugar de muito aprendizado para mim. Também, pelas conversas profundas e risadas garantidas.

Agradeço à Jéssica, que me orientou neste trabalho com competência e afeto, tornando o processo de construção da pesquisa mais fácil e tranquilo.

Obrigada, Sabrina e Fernanda, por aceitarem compor a banca examinadora deste trabalho e contribuírem para o debate de um tema que tanto me toca.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é lançar luz sobre a relação entre violência de gênero contra as mulheres e uso abusivo de álcool e outras drogas. Para isso, a pesquisa, de tipo bibliográfica e qualitativa, foi constituída a partir do método em Marx, o método materialista histórico-dialético. No primeiro capítulo definiu-se o uso de psicoativos como prática socialmente determinada, “especialmente relacionada com o sistema de necessidades”, a partir da ontologia social de Lukács; e o proibicionismo e a guerra às drogas como frutos da formação social brasileira de caráter colonial e escravista. No segundo, a partir da “teoria unitária”, defendeu-se que a opressão de gênero continua presente nas relações sociais capitalistas, mas não como um sistema independente. No terceiro e último capítulo, foi traçado o perfil das mulheres que fazem uso abusivo de psicoativos no Brasil, em sua maioria negras e pobres; e concluiu-se que há uma relação direta entre a violência de gênero contra as mulheres e o uso abusivo de álcool e outras drogas, como forma de alívio do intenso sofrimento psíquico provenientes dos diversos tipos de episódios violentos sofridos.

Palavras-chave: Mulher; Uso abusivo de álcool e outras drogas; Violência de gênero; Formação Sócio-histórica; Brasil.

ABSTRACT

The aim of this work is to shed light on the relationship between gender-based violence against women and the abusive use of alcohol and other drugs. To this end, the research, which is bibliographic and qualitative in nature, was based on Marx's method—the historical-dialectical materialist method. In the first chapter, the use of psychoactive substances is defined as a socially determined practice, "especially related to the system of needs," based on Lukács' social ontology; prohibitionism and the war on drugs are presented as products of Brazilian social formation and its colonial and slave-owning character. In the second chapter, drawing from the "unitary theory," it is argued that gender oppression remains present in capitalist social relations, though not as an independent system. In the third and final chapter, the profile of women who abuse psychoactive substances in Brazil is outlined—mostly Black and poor women—and it is concluded that there is a direct relationship between gender-based violence against women and the abusive use of alcohol and other drugs, as a way to alleviate the intense psychological suffering resulting from various violent experiences.

Keywords: Woman; Abusive use of alcohol and other drugs; Gender-based violence; Socio-historical formation; Brazil.

SUMÁRIO

1- O CONSUMO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS SOB UMA PERSPECTIVA TOTALIZANTE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2- SER MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA	20
2.1- PATRIARCADO E CAPITALISMO: TESE UNITÁRIA	20
2.2- SER MULHER NO BRASIL: RECORTES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE	25
2.3- SER MULHER, SAÚDE MENTAL E O USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	30
3- A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	33
3.1.1- A VIOLÊNCIA SEXUAL/FÍSICA	34
3.1.2- A MATERNIDADE	38
3.1.3- O GENOCÍDIO E ENCARCERAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA	40
3.1.4- A PROSTITUIÇÃO	41
3.1.5- A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL	43
3.2- O PAPEL DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE MENTAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CUIDADO DAS MULHERES QUE FAZEM USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

Minha aproximação com a temática teve início durante a pandemia, em 2020, quando passei a me debruçar sobre conteúdos relacionados ao movimento feminista, tanto a partir de livros, quanto de vídeos e *podcasts* na internet. Entender o modo como a hierarquia de gênero é reproduzida socialmente através da cultura machista produz em mim a sensação de estar mais protegida das diversas formas de violência às quais nós, mulheres, estamos suscetíveis todo o tempo. Alguns anos depois, em 2024, comecei o estágio em Serviço Social no Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e outras Drogas III¹ de Juiz de Fora, e com o meu olhar curioso pela compreensão da forma como as vivências das usuárias, em sua maioria negras e pobres, eram atravessadas pelo conjunto de particularidades provenientes da condição de mulher, notei a recorrência de relatos que me geram desconforto físico de tão violentos.

Segundo a Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack da Fiocruz (2014)², cerca de 37% das mulheres que participaram da pesquisa tinham entre 18 e 24 anos, quase 80% das mulheres se declararam como não brancas e por volta de 60% delas completaram até entre o quinto e o nono ano do ensino fundamental. Quando iniciei o processo de pesquisa deste trabalho, o fiz porque me questionava: se eu, mulher branca, com condição financeira que me permite acessar uma vida saudável e segura em todos os aspectos, vínculos familiares fortes, com afeto e cuidado, já me vi em situações de violência e desrespeito, por qual tipo de violência de gênero essas usuárias não haviam passado? Diante disso, qual a possibilidade de possuírem a saúde mental preservada, e qual papel cumpre o abuso de substâncias na vida dessas mulheres? O que pode ser feito no âmbito das políticas públicas para gerar maior amparo e cuidado direcionados às mulheres mentalmente adoecidas?

De acordo com o que escutei das trajetórias de vida das usuárias, tive a impressão de que a maioria esmagadora das mulheres que passam pelo equipamento já sofreu/sofre com estupros, muitas vezes dentro de casa; grande parte das usuárias já esteve ou está com um parceiro que faz com que elas experienciem os cinco tipos de violência abarcados pela Lei Maria da Penha: psicológica, física, sexual, moral e patrimonial; a sobrecarga da dupla

¹ O Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e outras Drogas é um equipamento do SUS vinculado ao Departamento de Saúde Mental – DESM, da Prefeitura de Juiz de Fora, que oferece um tratamento para os usuários que apresentam uso nocivo de substâncias psicoativas, como álcool, crack e cocaína, com graves consequências para a saúde física, mental, vida profissional, social e familiar.

² Pesquisa disponível em:

<https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20o%20Uso%20de%20Crack.pdf>.

jornada de trabalho para dar conta dos cuidados com a casa, o marido e os filhos é motivo de intenso sofrimento psíquico.

Como graduanda em Serviço Social, me interessa entender de que modo a rede socioassistencial e de saúde pode criar respostas que promovam, de fato, acolhimento, cuidado e conhecimento acerca da violência de gênero para as mulheres que recorrem ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Antes disso, faz-se necessário que a relação entre ser mulher, violência de gênero, e uso abusivo de álcool e outras drogas seja desvelada obrigatoriamente sob uma perspectiva contra hegemônica, para que haja uma base potente de elaboração de estratégias de cuidado e proteção das usuárias e de combate às violências que sofrem. Assim, torna-se indispensável conceber o terreno da produção e reprodução das relações sociais do capital como o local da luta de classes, por espaço político e para possibilidade de conquista de direitos que garantam uma vida digna para as mulheres e outras minorias. Também, entender a importância do Projeto Ético Político e do Código de Ética do Serviço Social como direcionadores para um projeto profissional que vá ao encontro da autonomia e emancipação dos sujeitos.

A pesquisa, de tipo qualitativa, será constituída a partir do método em Marx, o método materialista histórico-dialético, que consiste em sucessivas aproximações do objeto em estudo para uma apreensão do real, ou seja, que ultrapasse suas aparências, chegando até a sua essência. Ele permite o entendimento dos fenômenos através da totalidade da realidade do modo de produção capitalista, com base na análise da produção e reprodução das relações sociais.

Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, isto é, de acordo com Gil (2008, p.45), uma análise construída a partir de materiais já produzidos, como livros e artigos científicos. Conforme o autor, a maior vantagem desse tipo de pesquisa “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Assim, buscou-se uma absorção crítica de conteúdos para o saber a respeito do uso abusivo de álcool e outras drogas; do adoecimento mental feminino; e em especial da violência de gênero contra as mulheres e sua relação com o uso abusivo de psicoativos. Junto a isso, foram apresentadas as inquietações desenvolvidas no portfólio de estágio de campo realizado no CAPS AD III de Juiz de Fora, que dizem da trajetória de vida das usuárias com as quais foram realizados acolhimentos e trocas, para dar maior concretude às considerações feitas, preservando, claro, suas identidades.

A formação sócio-histórica do Brasil estabeleceu uma cultura, política e economia estruturadas de forma alicerçada às desigualdades de classe, gênero e raça, consolidando explorações econômicas e sexuais. É necessário destacar um dos produtos dessa configuração, que é a chamada “guerra às drogas”, contexto brutal no qual as usuárias de drogas ilícitas estão inseridas:

Ademais, o uso de drogas e seus efeitos se expressam tanto de forma concreta, mas também simbólica, através dos discursos e ações que usam as drogas como principal argumento para fomentar estratégias de estigmatização, racismo, criminalização, encarceramento em massa, em suma, uma guerra que se volta às pessoas, principalmente à população jovem, pobre e negra, e não às substâncias (Costa, 2017, p. 38).

Nos últimos anos observamos uma onda conservadora que impulsionou o número e gravidade dos episódios de violência de gênero contra a mulher no Brasil. Em 2018, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal, foi eleito presidente do país, com a campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Mesmo antes disso, ao longo de sua carreira política, Bolsonaro já havia feito várias declarações misóginas e sexistas, como em 2014, quando afirmou que se fosse um estuprador, não estupraria a deputada federal Maria do Rosário, do Partido dos Trabalhadores, porque ela não merecia, por ser “muito ruim” e “muito feia”, ou em 2017, quando, sobre o sexo de seus filhos, alegou que teve quatro homens, mas no quinto deu uma “fraquejada” e nasceu uma mulher. Através de discurso religioso voltado para a valorização da família tradicional, Bolsonaro e seus aliados reforçavam as normativas da hierarquia de gênero. Durante o governo Bolsonaro, o então ministro da Saúde Eduardo Pazuello assinou uma portaria que decretava a necessidade de comunicação prévia à polícia por parte dos profissionais da saúde envolvidos ou pela instituição encarregada pelo procedimento para a consumação do aborto, entre outras medidas que dificultam o acesso a ele. Em 2022, Jair Messias criticou a interrupção da gestação de uma menina de onze anos vítima de violência sexual, que foi impedida de fazer o aborto durante semanas por uma decisão judicial, além de pedir aos Ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos que investigassem o episódio. Damares Alves, filiada ao Republicanos, advogada e pastora evangélica, na época, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, agiu da mesma maneira ao tentar impedir o procedimento do aborto legal em uma menina de dez anos, que sofria estupros frequentes há quatro anos, em 2020. Essas condutas, principalmente quando partem de líderes políticos, reforçam a naturalização dos papéis e da violência de gênero, e consequentemente, intensificam o adoecimento das mulheres.

Em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, o valor investido no financiamento das Comunidades Terapêuticas saltou em 169% (cento e sessenta e nove por cento) (BBC News Brasil, 2022)³, enquanto equipamentos de saúde como os CAPS, seguem enfrentando extrema precarização e fazem malabarismos para ofertar o cuidado territorializado, em liberdade, multiprofissional e assentado na política de redução de danos. As Comunidades Terapêuticas são instituições privadas, na maioria das vezes de cunho religioso, lideradas por pastores da igreja evangélica e localizadas em territórios afastados dos centros urbanos, promovendo o isolamento social. Esses serviços tratam a abstinência como única possibilidade ou estratégia de cuidado, proibindo o uso de remédios psiquiátricos e até de cigarro, colocando Deus como o único caminho para a “cura”. É sabido que, não raro, usam a “laborterapia”, que estabelece o trabalho como prática terapêutica a fim de aumentar o lucro, quando se trata de uma forma de explorar os usuários de álcool e outras drogas através do trabalho não remunerado. Como esses espaços não são devidamente fiscalizados, ou sequer são, ocorrem inúmeras violações de direitos humanos, com diversas formas de violência. No início deste ano, 2025, por exemplo, uma Comunidade Terapêutica na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, foi interditada após uma das usuárias fugir da instituição e denunciar aos moradores da região que ela e as outras doze mulheres internadas estavam sendo dopadas e estupradas (CNN Brasil, 2025)⁴.

Jair Messias Bolsonaro e seus companheiros tiveram posicionamentos que vão ao encontro da lógica racista da guerra às drogas, com falas do tipo “Bandido bom, é bandido morto!”. Além do apoio à construção de novos presídios, diminuíram a quantidade de membros e excluíram a participação da sociedade civil no CONAD (Conselho Nacional de Política sobre Drogas), barraram o debate acerca da descriminalização das drogas no Brasil no Supremo Tribunal Federal, incentivaram a abstinência como única possibilidade de tratamento para os usuários de álcool e outras drogas e até censuraram pesquisa da Fiocruz:

E piora... no fim de maio governo censurou uma pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz, alegando não concordar com o resultado do estudo. Acontece que o 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira custou 7 milhões de reais aos cofres públicos e não pôde ser divulgado pois a conclusão foi de que a tese defendida por (Osmar) Terra, de que há uma “epidemia de drogas no Brasil”, não é verdadeira (Carta Capital, 2019).

³ Notícia disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61184132>.

⁴ Notícia disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/rj-pacientes-dopadas-sao-resgatadas-de-comunidade-terapeutica-clandestina>.

Vale ressaltar aqui a falta de pesquisas e dados sobre as mulheres que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas que de fato deixem espaço para que elas construam suas próprias narrativas a partir de variáveis indispensáveis nesse contexto, como a violência de gênero em suas diversas formas.

Este trabalho tem por objetivo, portanto, refletir a respeito da relação entre a violência de gênero contra a mulher e o uso abusivo de álcool e outras drogas no Brasil, sob a hipótese de que há uma relação direta entre esses elementos, onde o último é usado como estratégia de alívio de intenso sofrimento psíquico decorrente do primeiro. Está dividido em três capítulos. No primeiro, abordo o consumo de psicoativos e seu significado ao longo do tempo histórico até os dias atuais, como prática socialmente determinada, “especialmente relacionada com o sistema de necessidades”, a partir da ontologia social de Lukács. Além disso, dissero sobre o proibicionismo e a guerra às drogas como frutos da formação social brasileira e seu caráter colonial e escravista. No segundo capítulo discuto a “teoria unitária”, com a qual me identifico e defende que nos países capitalistas o patriarcado não existe mais como um sistema autônomo em relação ao capitalismo. Ou seja, a opressão de gênero continua presente nas relações sociais, mas não como um sistema independente. Também, escrevo sobre as particularidades da mulher brasileira, estabelecendo recorte de gênero, raça e classe, destacando as condições de existência impostas às mulheres negras no país. Comento brevemente a respeito da concepção da psiquiatria hegemônica acerca do adoecimento feminino e da relação estabelecida socialmente entre a feminilidade e o uso de psicoativos. No terceiro capítulo, defino o que é violência de gênero e elenco alguns elementos ligados a esse fenômeno e intrínsecos ao adoecimento mental da mulher (violência sexual/física, a maternidade, o genocídio e o encarceramento da população negra, a prostituição e a violência institucional), relacionando-os ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Por fim, destaco a importância da atuação crítica dos profissionais de saúde que acompanham essas mulheres e da luta por políticas públicas que de fato ofereçam proteção e cuidado para elas.

As mulheres que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas no país são jovens, negras, de baixa escolaridade, em situação de pobreza extrema, com histórico de abuso sexual durante a infância e depois dela e com vínculos familiares rompidos. Os episódios de violência em suas variadas formas são narrados por elas como fontes inesgotáveis de sofrimento, e o uso abusivo de álcool e outras drogas aparece como uma maneira de atenuá-lo. Foi possível concluir que as inúmeras experiências violentas sofridas pelas mulheres engendram um processo de adoecimento psíquico e o uso descontrolado de psicoativos, que passa a ser um sintoma da existência em circunstâncias desumanas.

1- O CONSUMO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS SOB UMA PERSPECTIVA TOTALIZANTE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Cristina Brites (2018), ao apontar seus pressupostos de análise do consumo de psicoativos na sociabilidade burguesa, assinala que a “materialidade histórica da vida em sociedade” é um elemento basilar para a apreensão e estudo acerca dos comportamentos dos sujeitos. Através da ontologia social de Luckács, que se trata da centralidade do trabalho como meio de realização do intercâmbio homem-natureza e do processo histórico de autoconstrução do ser social, explica as mediações que conectam as práticas dos indivíduos sociais à totalidade complexa do gênero (humano). Desse modo, o consumo de psicoativos ganha significado histórico, ou seja, é entendido como prática socialmente determinada, “especialmente relacionada com o sistema de necessidades”.

O recurso à ontologia social de Lukács para a abordagem do consumo de psicoativos e dos desafios que se apresentam ao trabalho das (os) assistentes sociais parte de uma motivação teórica e ético-política que tem marcado nossa trajetória profissional: a apreensão dos fundamentos do ser social na sua totalidade unitária como ser singular e genérico e, ao mesmo tempo, a apreensão das consequências éticas e políticas das escolhas alternativas de valor dos indivíduos sociais, especialmente no âmbito do trabalho profissional e, particularmente, em face do consumo de psicoativos (Brites, 2018, p. 28).

A autora alega que há um contexto de produção da barbárie e de contrarreformas que intensifica requisições profissionais de cunho conservador, desqualificando o engajamento sobre a teoria crítica na formação e no exercício profissional do assistente social. Para o enfrentamento da ideologia dominante e das respostas que esta impõe a respeito do uso de psicoativos, uma análise de caráter ontológico possibilita a compreensão de que as escolhas dos sujeitos diante da variedade de psicoativos existentes e as resoluções sobre os rebatimentos desses usos estão articuladas à totalidade social através de determinados complexos mediadores. O próprio uso de psicoativos e as respostas sociais e de saúde são exemplos de complexos mediadores entre o indivíduo e a sociedade. O entendimento da essência dessas mediações viabiliza respostas mais críticas perante às contradições e desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista.

Brites salienta a invisibilidade dos(as) usuários(as) de psicoativos, principalmente de substâncias ilícitas, por parte dos profissionais que atuam nas Políticas Sociais Públicas, incluindo as(os) assistentes sociais:

Sua visibilidade ocorre, quase sempre, em decorrência de conflitos que se expressam na família ou na escola, da violência e da criminalidade associadas ao narcotráfico, além de rupturas e sofrimentos associados à dependência. A partir dessas situações agudas, as(os) usuárias(os) das

substâncias ilícitas passam a ser “alvo” de atenção especializada da saúde ou da justiça. E quase sempre, como resultado de mediações ideológicas dominantes, as determinações mais amplas da totalidade social que incidem sobre o uso de psicoativos são silenciadas, dando lugar a abordagens interdisciplinares que procuram extrair das situações singulares inteligibilidade e soluções centradas no indivíduo ou, no máximo, em seu grupo “básico” de socialização: família e amigas(os) (Brites, 2018, p.39).

Os indivíduos sociais agem e fazem escolhas para responder às necessidades socialmente produzidas, materiais ou não; o atendimento destas necessidades é um fundamento ontológico constitutivo do ser social. O uso de substâncias psicoativas acontece ao longo de todo o processo histórico de desenvolvimento do ser social e as motivações para esse uso estão relacionadas à aspectos diversos: “propriedades psicoativas das substâncias, expectativas culturais em relação aos seus efeitos, conteúdos de valor que podem mesclar orientações de natureza emocional, cultural, política e estética” (Brites, 2018, p.45), entre outros. Os psicoativos e suas propriedades existem independentemente do ser social, contudo, de acordo com as necessidades sociais e o desenvolvimento das capacidades humano genéricas é que se dá a valorização dessas substâncias, conforme objetivos são atribuídos às necessidades que surgem e se transformam.

Portanto, nossa recorrência aos registros históricos e antropológicos para constatar o caráter trans histórico do uso de psicoativos não tem qualquer relação com as análises que deduzem das propriedades inerentes a determinadas substâncias psicoativas um poder sobre humano, capaz de escravizar de uma vez para sempre seus usuários. O valor atribuído aos psicoativos, por suas propriedades, que orienta o modo como os indivíduos sociais se relacionam com tais produtos, é fruto da práxis. Sabemos bem que esse poder atribuído a algumas substâncias psicoativas tem servido para a manutenção de respostas conservadoras e autoritárias nesse campo nas sociedades contemporâneas. Em nome de um poder (sobre-humano) que os psicoativos não têm, a resposta social dominante tem sido a criminalização da produção, circulação e consumo de determinados psicoativos. Tendência que obstrui qualquer possibilidade democrática de construção de respostas sociais e de saúde pautadas nos direitos [...] (Brites, 2018, p. 47).

A alienação no sistema capitalista é um fenômeno social cujo a função é de controlar o que é socialmente reproduzido pelos indivíduos e pela sociedade no geral. Logo, as valorações e decisões alternativas que constituem a ideologia dominante são as que servem aos interesses e necessidades do capital. Esse fenômeno provoca e acentua a desigualdade entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento do ser social em direção à expansão das capacidades humano-genéricas, como afirma Brites (2018), pisoteando a humanidade na prática econômica. A autora explica:

A elevada explicitação do ser-para-si propiciada pelo capitalismo, pelo caráter puramente social das atividades humanas, é mediada por necessidades sociais alienantes que obstaculizam o caminho da singularidade em direção à genericidade. A sociedade torna-se para o indivíduo singular

meio para realização de suas necessidades alienadas e não realização de propósitos rumo ao seu próprio ser-para-si e à genericidade consciente (Brites, 2018, p. 59).

No cotidiano da sociabilidade burguesa, os interesses de indivíduos singulares que integram a classe dominante são difundidos entre a classe trabalhadora através da ideologia, recurso vinculado à ética, à moral e à política. Na dimensão cotidiana da vida em sociedade, as necessidades sociais e objetivos ligados a estes interesses são respondidos com imediaticidade e acriticismo, já que são impostas sobre os sujeitos formas específicas de comportamento e consciência, sem que haja tempo de absorção da realidade e criação de possibilidade outra de vida. “Os valores e as finalidades da práxis são plasmados pelas necessidades de reprodução do capital, acentuando o caráter desumano da sociabilidade burguesa e reproduzindo formas de consciência e de comportamento igualmente desumanizadas” (Brites, 2018, p.66).

Portanto, é preciso que fique claro que a alienação não surge como um raio em um céu azul, mas como uma deformação histórica inscrita na tessitura do contexto social, na urdidura do modo de produção atual que se assenta sobre o tripé capitalismo-racismo-patriarcado e no qual a alienação, originalmente posta pelo trabalho alienado, difunde-se para todos os interstícios da vida humana a fim de beneficiar e prolongar todas as formas sistêmicas de exploração e opressão. Ou seja, quanto mais intensamente a alienação e o estranhamento se apoderarem de toda a vida, tanto mais desimpedida e efetivamente poderá funcionar a dominação do grande capital (Lukács, 2013 apud Costa, 2020, p. 417).

Após o início da crise estrutural do capitalismo iniciada em 1970 e com o avanço do neoliberalismo, foram realizadas mudanças significativas nas esferas econômica e política, como a flexibilização da produção e das relações de trabalho e a privatização do patrimônio público. As conquistas realizadas com dificuldade no campo dos direitos sociais foram ideologicamente colocadas como as propulsoras da crise econômica e qualquer movimento de resistência ao processo que se instaurava era satanizado, com foco na tradição marxista. Em nome da acumulação do capital em um contexto de superprodução, provocou-se desde então uma acentuação das expressões da “questão social”, com o aumento do desemprego estrutural, da miséria, violência e da destruição do meio ambiente. Como explicitado, o consumo de psicoativos é anterior ao capital, contudo, as condições subalternas de existência produzidas por ele na medida do seu desenvolvimento tem relação direta com o uso abusivo de álcool e outras drogas como presenciamos atualmente.

Dentre as expressões da “questão social” erigida a partir da égide do capital, podem ser citadas: a pobreza, a desigualdade, a fome, a violência estrutural, a criminalidade, os processos de adoecimento e os transtornos psicológicos, bem como o consumo nocivo e a dependência das drogas (Souza; Silva; Silva, 2013 apud Costa, 2020, p. 414)

Usando como referência Marilda Villela Iamamoto (2001, p.16), a “questão social” “diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado”; estas são mediatizadas por relações de gênero, raça e classe. Está relacionada à venda da força de trabalho pela classe trabalhadora para a satisfação de suas necessidades vitais e à existência do chamado Exército Industrial de Reserva, inerente ao capital. Assim, compreender a condição de subalternidade de parte da população a partir da dimensão coletiva e como parte estruturante do sistema de produção capitalista é imprescindível para a não culpabilização desses sujeitos.

Três processos de acumulação qualitativamente distintos coexistem na formação econômica brasileira e dão a marca da sua complexidade: capital comercial, capital industrial competitivo e capital industrial monopolista. A presença desses três processos de acumulação, sob a hegemonia do capital monopolista, remete-nos ao fato de que o desenvolvimento desigual e combinado acaba por integrar momentos históricos diversos. Se colocamos a questão da funcionalidade da superpopulação relativa, constatamos que, no caso brasileiro, grande parte dela se torna supérflua e se constitui em uma massa marginalizada em face do processo hegemonic. Claro está que todas as questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem justamente sobre essas populações [...] (González, 2020, p.45).

É nessa conjuntura que há um largo investimento no marketing e na publicidade, e o reforço do consumo como uma necessidade social do trabalhador, como aquilo que confere prestígio, alegria, realização e o sentimento de pertencimento. A sociabilidade capitalista

[...] aparece ao indivíduo como heterogênea, fragmentada, superficial e efêmera – destituída de historicidade e desvinculada da práxis -, objetivamente se realiza como unidade hegemônica do domínio do capital que se reproduz pela colonização de todos os desejos e necessidades dos indivíduos sociais, que são capturados pela propaganda e reavivados pela mídia patronal – e que só podem de realizar pela utopia do mercado (Brites, 2018, p.76).

A realidade social é vista pelos indivíduos de forma fragmentada e, com isso, suas experiências nos mais variados âmbitos da vida são percebidas e valorizadas com base em critérios individualistas, moralizantes e imediatistas. Os sujeitos são distanciados de causas e movimentos coletivos e do sentimento de pertencimento de classe, enquanto são úteis ao capital respondendo às necessidades alienadas. De acordo Barroco (2001), a liberdade em Marx, assim como a capacidade de valoração, é um produto do trabalho: se trata da possibilidade de escolher entre as alternativas concretas criadas, ou seja, a classe trabalhadora não possui acesso real à esse direito. O próprio trabalhador, a partir da venda de sua força de trabalho, se torna uma mercadoria que, como qualquer outra, se torna descartável se não cumpre com os papéis impostos a ele nesta sociabilidade reificada.

Cristina Brites (2018), afirma que o fato de atualmente estarmos submersos num cotidiano violento, competitivo, repetitivo e vinculado às necessidades de sobrevivência, cria uma necessidade de amenizar ou fugir dos sentimentos de apatia, sofrimento, angústia e baixa produtividade desenvolvidos ao longo da vida. Para que haja uma sensação de pertencimento, o desenvolvimento de subjetividade e seja possível alcançar alguma felicidade ou prazer - sentimentos ligados ao dinheiro e ao poder no processo de reprodução social do cenário contemporâneo -, a recorrência ao uso de psicoativos e a dependência destes se tornam uma realidade comum.

Em um mundo no qual existe grande dependência em relação às coisas, nesse caso, em relação às mais variadas drogas lícitas e ilícitas, o desprendimento e a alienação em relação ao outro e a nós mesmos nunca esteve tão elevado. A relação homem-drogas na atualidade está circunscrita no momento histórico onde “cada vez mais necessitamos das mercadorias produzidas por outrem, mas cada vez mais sofremos do estranhamento de nós mesmos e dos outros homens” (Paiva; Oliveira; Valença, 2018, p. 1797 *apud* Costa, 2020, p. 414)

Portanto, faz-se fundamental o entendimento desse fato como uma forma particular de resposta a determinadas necessidades sociais; não é possível desprezar a complexidade desse fenômeno através de análise rasas, que muitas vezes colocam sobre os sujeitos a responsabilidade pela realidade que vivem por meio da moralização de suas ações. Esse direcionamento leva à legitimação da lógica da chamada “guerra às drogas”, com graves consequências sobre as políticas públicas de saúde.

Ferrugem (2018), aponta que o proibicionismo das drogas não é característica exclusiva da sociabilidade brasileira, mas um “ditame internacional”, ou seja, com objetivo de atender às demandas do capital global. A respeito dos critérios utilizados para classificar as substâncias psicoativas como lícitas ou ilícitas, prevalecem os fatores econômicos e morais, ao invés dos farmacológicos e de risco à saúde. Prova disso é o álcool, droga lícita no Brasil, definida na Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários e outras Drogas (2004) como sendo “o maior problema de saúde pública” (p.16).

Assim, o proibicionismo enquanto um estatuto, não é apenas um conjunto de leis. Não, é um tanto mais complexo, disperso e perverso. Não se trata de um jogo de palavras, é complexo, pois é também uma lógica e, como tal, permeia as instituições, as relações e as formas de pensar (COLETIVO DAR, 2016); disperso, pois, por ser cultural, se expressa de formas diversas, nas instituições de segurança, de saúde, de educação, nas comunidades, nas relações entre vizinhos e amigos em que um vigia e controla o comportamento do outro (Ferrugem, 2018, p. 40).

Segundo a autora, a chamada guerra às drogas assume no Brasil contornos discriminatórios e seletivos; se trata de uma política repressiva, cujo supostos objetivos de diminuição ou extinção da demanda e oferta de psicoativos comprovadamente não são

alcançados e não serão. O que está por trás da insistência na estratégia que se mostra ineficaz é o conjunto racismo e processo de criminalização da pobreza, presente no âmbito das políticas sobre drogas, da segurança pública e no imaginário social:

Os ‘inimigos’ nessa guerra são os pobres, os marginalizados, os negros, os desprovidos de poder, como os vendedores de drogas do varejo das favelas do Rio de Janeiro, demonizados como ‘traficantes’, ou aqueles que a eles se assemelham, pela cor da pele, pelas mesmas condições de pobreza e marginalização, pelo local de moradia que, conforme o paradigma bélico, não deve ser policiado como os demais locais de moradia, mas sim militarmente ‘conquistado’ e ocupado. (Karam, 2015, p.36-37 *apud* Ferrugem, 2018, p. 72).

Como herança do passado escravagista, a guerra às drogas produz o genocídio e encarceramento da população jovem, negra e pobre de determinados territórios, causando não só a morte objetiva dessa população, mas a morte subjetiva e simbólica de um povo. Ferrugem (2018), menciona um dado assustador: de 30 mil assassinatos de jovens em 2012, 77% eram negros, como afirma Atila Roque, da Anistia Internacional (2017). Como ressalta a autora, “em cada conflito armado, ou invasão pela polícia, esses jovens e adolescentes são privados de acesso à escola, ficam sob a mira de armas pesadas e sob o clima de medo e tensão que atinge a toda a comunidade” (p. 85).

Ou seja, a descartabilidade de vidas é determinada pelos marcadores fenótipos de raça, pelos territórios de moradia, renda e ocupação social, que expressam classe social. Nossa escolha por marcadores sociais é proposital, pois são marcas identitárias que expõem as pessoas à violência direta do comércio ilegal e ao combate da polícia (Ferrugem, 2018, p. 79).

Entender o uso de psicoativos – seja para o alívio do sofrimento, alteração da percepção da realidade, ou melhor desempenho em algumas atividades ligadas à vida social, profissional, sexual, à arte e ao esporte -, como uma resposta às necessidades socialmente produzidas tem rebatimentos teóricos e ético-políticos. Como Brites (2018, p.48), expõe, “situar o debate sobre o tema no âmbito da tradição marxista vincula-se, portanto, aos desafios teórico-práticos e ético-políticos colocados ao trabalho das(os) assistentes sociais comprometidas(os) com o projeto hegemônico do Serviço Social brasileiro”. Dessa forma,

[...] coloca-se a necessidade de discussão da temática sob uma perspectiva contra hegemônica, isto é, na contramão dos enfoques moral-religioso, jurídico-criminal e médico-patologizante, comumente associados e coexistentes, que estão atrelados às noções individualistas, atomistas, reducionistas, meritocráticas e conservadoras de indivíduo e sociedade, sendo também responsáveis por reforçar práticas segregacionistas, repressivas, punitivas e de encarceramento de determinados grupos (Paiva & Costa, 2017; Ronzani, 2018). Assume-se, na direção contrária, uma perspectiva das maiorias populares, compromissada ética-politicamente com a compreensão e transformação do real, entendendo a urgência da tarefa histórica que se coloca perante não só à temática das drogas, mas diante da

totalidade social, a fim de que sejam possíveis novas formas de nos relacionarmos com as drogas, com os outros e com nós mesmos (Costa, 2020, p. 415).

No próximo item, discute-se a opressão de gênero e o racismo enquanto elementos estruturais das relações sociais capitalistas.

2- SER MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA

2.1- PATRIARCADO E CAPITALISMO: TESE UNITÁRIA

Arruzza (2015), descreve três teses acerca do que é e como se organiza o patriarcado em relação ao modo de produção capitalista. A primeira, chamada de “Teoria dos sistemas duplos ou triplos”, considera que o patriarcado constitui um sistema autônomo, assim como o capitalismo, sendo que esses estão interconectados e modificam um ao outro em uma interação recíproca. Versões mais atualizadas dessa tese incluem o racismo, também como sistema autônomo e integrado aos outros dois. Tal compreensão coloca as relações de classe como sendo restritas ao âmbito econômico, e somente depois do contato com o patriarcado e a dominação racial, já existentes antes do processo histórico de construção e avanço do capital, ganham caráter extraeconômico. Estas perspectivas são produzidas a partir das formas como o fenômeno da opressão de gênero se manifesta na sociedade do capital, e não alcançam sua essência.

A segunda tese, “Capitalismo indiferente”, aponta que a opressão de gênero e a desigualdade são heranças de formações sociais e modos de produção anteriores ao capitalismo, quando o patriarcado estabelecia de maneira rigorosa uma divisão sexual do trabalho. O capitalismo é indiferente às relações de gênero e pode suplantar o patriarcado em países capitalistas avançados, caso as relações familiares sejam completamente transformadas. A relação do capitalismo com a desigualdade de gênero é descrita como oportunista e funcionalista, isto é, ele usa o que é benéfico para seu sistema e combate o que é considerado um obstáculo.

A “Tese unitária”, defendida pela autora, diz que nos países capitalistas o patriarcado não existe mais como um sistema autônomo em relação ao capitalismo, ou seja, a opressão de gênero continua estruturando as relações sociais, mas não como um sistema independente. Essa teoria não é reducionista e não se restringe à uma análise apenas da esfera econômica, já que o capitalismo é uma ordem social complexa, que reproduz relações de exploração, opressão e alienação, inclusive em contextos extra econômicos, como esclarece Arruzza:

[...] em uma sociedade capitalista, a “privatização” completa ou parcial do trabalho de cuidado, ou seja, sua concentração dentro da família (qualquer que seja o tipo de família, e incluindo os lares monoparentais), a falta de uma socialização em grande escala deste trabalho de cuidado pelo Estado ou outras formas, tudo isso determina a carga de trabalho que necessita ser mantida dentro da esfera privada, fora tanto do mercado, como das instituições. As relações de opressão e dominação de gênero determinam o modo e a escala nos quais a carga de trabalho será distribuída, dando lugar a uma divisão desigual: mulheres trabalham mais, enquanto homens trabalham menos (2015, p.42).

É salientado que é comum que o homem nem chegue a se tornar consciente da existência de uma socialização com base na hierarquia de gênero, já que se trata de um elemento extremamente naturalizado e culturalmente enraizado. Tal fato faz com que qualquer avanço no sentido da liberdade e emancipação da mulher seja entendido por ele como uma provação ou desrespeito, causando reações violentas psicológica e fisicamente.

Arruzza (2015) argumenta que o capitalismo se particulariza em um processo histórico que envolve a transformação profunda e radical da família, produto da expropriação da terra e dos meios de produção e subsistência. Assim, o modelo de família camponesa patriarcal foi dissolvido, deixando de representar uma unidade de produção com papel específico, e se tornando um lugar privado fora da esfera da produção de mercadorias e do mercado. As relações de dominação de gênero permaneceram, mas com o avanço do capital e a separação entre produção e reprodução, ganharam novos contornos e deixaram de ser um sistema independente e autônomo. O capitalismo é caracterizado como uma totalidade viva de relações sociais, cujo poder está relacionado à desigualdades baseadas em gênero, raça, religião, nacionalidade, entre outros, que contribuem para a acumulação de riquezas nas mãos de poucos e são reproduzidas para a manutenção dessa ordem:

[...] é uma questão de identificar o recorte e as condições sociais providos pelas relações de classe que impactam, reproduzem, e influenciam nossas percepções de nós mesmos e de nossas relações com os outros, nossos comportamentos, e nossas práticas. Este recorte social é a lógica da acumulação capitalista, que impõe limites e restrições fundamentais às nossas experiências vividas e a forma como as interpretamos (Arruzza, 2015, p.57).

Arruzza (2015) chama atenção para o fato da exploração, dominação e alienação serem elementos necessariamente conectados na crítica marxiana da economia política. Sendo assim, a relação de trabalho capitalista é reproduzida na medida em que há um processo de disciplinamento e enquadramento dos sujeitos da classe trabalhadora, para que se tornem funcionais ao sistema de produção. Significa dizer que produção e reprodução são indissociáveis e compõem uma totalidade articulada. Reprodução se trata da reprodução das condições de produção, que estão atreladas ao desejo de consumo, às crenças religiosas, à cultura enraizada, discursos de gênero, entre outros. A autora reforça que a separação entre produção e reprodução:

Além do mais, não nos ajuda a analisar o caminho específico no qual certas relações de poder são colocadas para fora do mercado de trabalho, enquanto permanecem indiretamente influenciadas pelo mercado: por exemplo, através de diferentes formas de consumo de mercadorias, ou através de limites objetivos que o trabalho assalariado (ou seu equivalente, o

desemprego) impõe na vida pessoal ou nos relacionamentos interpessoais (Arruza, 2015, p.55).

Na tradição marxista feminista, a reprodução social ganha contornos mais específicos e diz respeito a manutenção e reprodução da vida em nível diário e geracional: designa todo tipo de trabalho que envolve cuidado e educação, seja ele físico ou emocional. Conforme pontuado por Faria e Paiva (2023, p. 18) “uma vez subordinada à lógica do lucro, a dinâmica do capital se apropria desse trabalho sem remunerá-lo, implicando na vulnerabilidade das mulheres, também, pela via econômica”. A partir do conceito de reprodução social tornou-se possível expandir a análise dos impactos da dominação de gênero para além do trabalho doméstico, compreendendo suas expressões advindas do mercado, do Estado e das relações familiares. Esses elementos tem suas especificidades com base nas dinâmicas vigentes em cada tempo histórico e lutas travadas pelas mulheres por seus direitos, liberdade, igualdade e segurança. Arruzza (2015), ressalta o fato da esfera da reprodução social ter impactos profundos na formação da subjetividade dos sujeitos e, com isso, nas relações de poder. Portanto, não é aceitável considerar as relações de classe, gênero e raça de forma a tomá-las como acidentais ou eventuais, quando há uma lógica organizacional com a qual essas se dão, mediante interesses do capital.

A “Teoria unitária” coloca as relações de poder baseadas no gênero ou orientação sexual como momentos concretos de uma “totalidade articulada, complexa e contraditória que é o capitalismo contemporâneo” (Arruzza, 2015). O que não quer dizer que as violências baseadas em gênero e/ou raça não tenham características próprias, mas que mantém relação intrínseca com essa totalidade maior cujo objetivo central é o lucro em crescimento exponencial:

As relações múltiplas de poder de dominação, portanto, aparecem como expressões concretas de uma unidade contraditória e articulada que é a sociedade capitalista. Esse processo não deve ser entendido de forma automática ou mecanicista. Como já foi notado, não devemos esquecer a dimensão da práxis humana: o capitalismo não é uma máquina ou um autômato, mas uma relação social, e como tal, é sujeita a contingências, acidentes, e conflitos. No entanto, contingências e conflitos não excluem a existência de uma lógica – nominalmente, a acumulação capitalista – que impõe limites objetivos não apenas à nossa práxis ou experiência vivida, mas também à nossa habilidade de produzir e articular relações com outros, nosso lugar no mundo, e nossas relações com nossas condições de existência (Arruzza, 2015, p. 56).

Um exemplo desses limites impostos às condições de existência no capital está no modo como a compreensão acerca do que é ser mulher, até os dias atuais, é marcada por perspectivas biologicistas, que atravessam a vida das mulheres trans e travestis de forma a gerar intenso sofrimento psíquico. Malheiro (2018), apresenta através de pesquisas teóricas e

entrevistas com oito mulheres usuárias de crack, o que leva estas a se engajarem na cultura do uso de crack, além de fazer uma provocação ao “tornar-se mulher”, processo de construção social e imposição de papéis caracterizado por Simone de Beauvoir em 1949.

Beauvoir (1949) é a primeira intelectual que problematiza o destino biológico que constitui formas de ser mulher em nossa sociedade, neste contexto a relação que os homens mantêm com as mulheres, segundo a autora, é sempre de submissão e dominação e este é o cenário que marca as relações sociais das mulheres. Neste sentido, observamos a partir desta pesquisa como certas mulheres usuárias de drogas ainda são vistas presas em um destino biológico, no qual o consumo de drogas determina. Simone apresenta as construções culturais que impõem a condição de subalternidade à mulher e, neste sentido, esta questão [...] ainda parece atual na medida em que entendemos que a condição feminina posta em questão nos conduz ao entendimento de uma cultura marcada pela hierarquização dessa relação (Malheiro, 2018, p.175).

A pesquisadora se debruçou sobre as diversas concepções acerca do ser mulher, indo de encontro às perspectivas reducionistas e meramente biológicas que tentam explicar o uso de psicoativos pelas mulheres e seus efeitos, limitando suas existências ao consumo da droga.

Beauvoir (1949 *apud* Malheiro, 2018) explica que não se nasce mulher, torna-se, ou seja, a construção do ser mulher acontece ao longo da vida, com base na ideação cultural machista sobre tal realidade. Há a reprodução social dos papéis de gênero impostos às mulheres em relação aos homens em uma hierarquia: quando é anunciado o sexo do bebê e será uma menina, são atreladas à sua vida determinadas funções, como a de cuidado e dedicação ao marido e aos filhos, de zelo com a casa e família através das atividades domésticas, ser sempre delicada, educada e compreensiva, de manutenção da beleza, entre outras.

Conforme Oliveira (2024), o modelo familiar monogâmico e heterossexual é “a forma mais barata e confiável para manter a reprodução biológica, geracional e social da força de trabalho”. A heterossexualidade compulsória e a cisgeneridez constituem as relações sociais generificadas e racializadas do capital, conformando o arranjo familiar imposto, ainda hegemônico. Houveram importantes avanços na luta feminista, antirracista e contra a discriminação das pessoas e casais LGBTQIAPN+, contudo, o homem branco cis hétero tem seu lugar conservado no topo dos privilégios sócio-econômicos, ao passo que a mulher negra e as populações trans e travesti seguem tendo suas existências negligenciadas, apagadas e atacadas. Assim, a mulher é definida com base no olhar masculino, em um contraste à condição de ser homem.

Beauvoir (1980) problematiza a leitura das nossas ações com base nessas expectativas: Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: “—Sou uma mulher.

Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação” (Beauvoir, 1980, p.9 *apud* Malheiro, 2018, p. 176).

Na medida em que a mulher é considerada o Outro absoluto, isto é – qualquer que seja sua magia – o inessencial, faz-se precisamente impossível encará-la como outro sujeito. As mulheres nunca, portanto, constituíram um grupo separado que se pusesse para si em face do grupo masculino; nunca tiveram uma relação direta e autônoma com os homens (Beauvoir, 1949, p.40 *apud* Malheiro, 2018, p. 177).

Malheiro (2018), destaca que Beauvoir faz suas análises sobre o que é ser mulher do lugar da branquitude e da burguesia, deixando assim, de considerar as relações de raça, classe e sexualidade quando estabelece esta ontologia. Grada Kilomba (2010) aponta que, se a mulher branca ocupa o lugar do outro, a mulher negra é o outro do outro, tomando um não-lugar, posição ainda mais difícil de acesso à reciprocidade do olhar do homem.

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o — outro do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o — outro do outro (Kilomba, 2010, p.124 *apud* Malheiro, 2018, p. 179).

Durante as entrevistas, as parceiras de pesquisa de Malheiro (2018) externaram que se enxergam nesta posição de “outro do outro”, contudo, somado a isso, suas vidas são atravessadas por questões como o próprio uso de substâncias, as vivências da situação de rua e passagem pelo sistema prisional, o que, segundo a autora, cria um estigma e a desumanização destas mulheres.

Para Kilomba, ser essa antítese de branquitude e masculinidade impossibilita que a mulher negra seja vista como sujeito, a mulher negra então seria o outro absoluto para usar termos de Beauvoir. O olhar tanto de homens brancos e negros, e mulheres brancas confinaria a mulher negra num local de subalternidade muito mais difícil de ser ultrapassado. Neste sentido, qualquer universalidade do termo mulher tem o perigo de generalizar experiências completamente distintas, e negligenciar a especificidade de experiências de ser mulher em um mundo marcado por opressões raciais (Malheiro, 2018, p. 179).

Malheiro (2018) apresenta Sojourner Truth: uma mulher negra, nova-iorquina, ex escravizada, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres, que problematizava “o estatuto ontológico de ser mulher”. Conta sobre um discurso realizado por ela em 1851, após escutar de membros da Igreja Católica algumas palavras a respeito dos motivos pelos quais as mulheres mereciam ter acesso a menos direitos que os homens:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o

melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu parti treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamava com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (Malheiro, 2018, p. 179).

Levando em conta a construção sócio-histórica do Brasil, torna-se inaceitável uma análise dos atravessamentos de gênero na vida das mulheres brasileiras com base nas experiências da mulher branca e burguesa, isto é, faz-se indispensável considerar os recortes de raça e classe que particularizam as trajetórias daquelas não brancas, negras ou indígenas. Como explicam Duboc e Silva (2025, p. 213), “o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil possui suas origens marcadas pelo caráter colonial e escravista predominante durante 388 anos após a desapropriação sangrenta do território brasileiro pelos portugueses em 1500”. Significa dizer que as relações sociais do capital dependente no país foram forjadas assentadas no genocídio objetivo e simbólico dos povos originários e das pessoas negras escravizadas.

A falsa integração dos homens negros e das mulheres negras no modo de produção capitalista, ou mais precisamente, a sua integração precária e marginal no mercado de trabalho, no acesso aos direitos sociais e políticos básicos – educação, saúde, habitação e etc., a reprodução de papéis herdados do passado escravocrata, como por exemplo, condição da mulher negra e a sua inserção na venda da força de trabalho a partir da prestação de serviços domésticos nas dependências das famílias de classe média branca conformam o conjunto de práticas e construções ideológicas (González, 2020) do racismo e sexismno no Brasil, sua perpetuação e reatualização nos distintos períodos históricos da formação social brasileira (Duboc; Silva, 2025, p. 218).

Deste modo, na próxima seção busca-se analisar a particularidade da violência de gênero no Brasil, apontando quem são as mulheres que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas e qual a origem da condição de extremo desamparo que vivem.

2.2- SER MULHER NO BRASIL: RECORTES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Lélia González (2020), retoma a mulher negra enquanto escravizada no Brasil, apontando elementos da formação sócio-histórica brasileira. Ela conta que a maior parte da população escravizada era de homens, e que as mulheres eram divididas em duas categorias: trabalhadora do eito e mucama. Em ambas, tinham a incumbência de apoiar e dar força aos

seus maridos, filhos e irmãos de cativeiro. Entre as escravas do eito, era comum que partissem delas os estímulos para fuga ou revolta, já que o trabalho não tinha fim, mal se alimentavam e chegavam a tirar a própria vida para que o filho que gestavam não vivesse nas mesmas condições desumanas.

González (2020), destaca que a vida média de um escravizado produtivo não ultrapassava os dez anos, e quando não serviam mais para os senhores, eram alforriados, o que significava a “liberdade” de morrer de fome, já que não conseguiam mais trabalhar, por conta das marcas físicas e psicológicas adquiridas. As tarefas das mucamas abarcavam todas aquelas necessárias para manter a casa-grande em ordem, como cozinhar, lavar, passar, limpar, amamentar os bebês das sinhazinhas e, inclusive, satisfazer sexualmente o senhor branco ou outros homens da família. Além disso, cuidavam dos seus filhos e companheiros, que chegavam extremamente famintos e cansados do engenho.

Faz-se essencial caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas manifestações concretas são constantemente atualizadas de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam e, claro, conforme o contexto histórico e político vivenciado. Também, como parte estrutural do capital, como exposto:

A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais em que as relações de produção capitalistas — ou outras relações de produção, no caso — são as dominantes. Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se verá se o racismo (bem como o sexism) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos (González, 2020, p.55).

González (2020), traça um breve histórico do lugar da mulher negra na economia brasileira. O Censo de 1950, o último a apresentar dados relativos à educação e as atividades exercidas por essa população indicou baixa escolaridade, a prevalência do analfabetismo e que 90% dela trabalhava na área da prestação de serviços pessoais. Com o desenvolvimento industrial, modernização e urbanização do país, surgiram novas possibilidades nos setores burocráticos de nível mais baixo, como em bancos e escritórios. O fato de que a maioria das mulheres negras ainda não tinha o nível de escolaridade exigido para tais cargos somou-se ao de que era imposta “boa aparência”, “ótima aparência”, “educação” ou quaisquer outras expressões que denotassem que mulheres negras não seriam admitidas, reforçando a

discriminação. Critérios esses usados até os dias atuais, quando mais mulheres negras se formam nas universidades.

O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc. (González, 2020, p. 46).

Apesar do crescimento das classes médias no Brasil, houve uma grande piora nas perspectivas acerca da entrada no mercado de trabalho para as pessoas negras, que no processo crescente de precarização do trabalho, ocupa o (não) lugar do desemprego, dos vínculos informais e, consequentemente, das dificuldades de acesso à saúde, educação, moradia digna, entre outros direitos básicos. González (2020, p. 142), afirma que “falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas”. No caso das mulheres negras, quando não trabalham como domésticas, são encontradas nos supermercados, escolas e hospitais, atuando como “serventes”; a autora chama atenção para os significados aos quais esse termo nos remete.

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexism a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após “adiantar” os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isso sem contar quando tem de acordar mais cedo (três ou quatro horas da “manhã”) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então quando tem de ir às “reuniões de pais” nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas “psicológicos” de seus filhos, que apresentam um comportamento “desajustado” que os torna “dispersivos” ou incapazes de “bom rendimento escolar” (González, 2020, p.58).

A autora nota uma divisão das mulheres negras brasileiras atualmente no que diz respeito à vida laboral: no geral, existem as domésticas e as mulatas. Esse último termo, para

além de se referir àquelas que são fruto de um casamento entre uma pessoa branca e outra negra, aponta para jovens negras que, a partir de uma de suposta valorização colocada pelo sistema, concernente ao mito da “democracia racial”⁵, são submetidas à exposição de seus corpos para o gozo dos turistas e dos homens da burguesia nacional; a admiração é ilusória e, na verdade, as objetifica através do seu “rebolado” e corpo desnudo. Essa é uma versão mais atualizada e velada do ditado racista “Preta pra cozinhar, mulata pra fornigar e branca pra casar” (González, 2020). Esse estereótipo invade e é reforçado no universo das escolas de samba, importante expressão da cultura negra brasileira, pelos valores do sistema hegemônico, o que resultou na exploração sexual e socioeconômica de muitas jovens negras cooptadas ideologicamente pela possibilidade de ascensão em todos os âmbitos da vida.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra, pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos “mulata” e “doméstica” são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (González, 2020, p. 80).

Diante das precárias condições de vida e das limitadas possibilidades de mobilidade social, as mulheres negras são submetidas à reprodução de práticas de objetificação sexual. Em muitos casos, essa trajetória de exclusão as leva a contextos de prostituição e ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

Atribuir às mulheres amefricanas (pardas e mulatas) tais papéis é abolir sua humanidade, e seus corpos são vistos como corpos animalizados: de certa forma, são os “burros de carga” do sexo (dos quais as mulatas brasileiras são um modelo). Desse modo, verifica-se como a superexploração socioeconômica se alia à superexploração sexual das mulheres amefricanas (González, 2020, p. 149).

Para além de apontar as limitações e violências impostas às mulheres negras no país, cabe dizer das estratégias e movimentos realizados por elas no sentido da resistência e combate à esse cenário provocado pelo sistema capitalista, racista e misógino. Uma das

⁵ Na compreensão de Gonzalez, ideologias nacionais como democracia racial e miscigenação se reproduziriam por meio de discursos que naturalizariam a experiência da escravidão e seus efeitos deletérios sobre a sociedade capitalista. Nesse sentido, a autora reagia às formulações do pensamento social brasileiro que viam o mestiço como ponto positivo de nossa nacionalidade. Na contramão, ela explicava: “Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violência, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é ‘mulher fácil’, de que é ‘boa de cama’ (mito da mulata) etc. e tal” (González, 2020).

formas de resistência que surgiu no final do século XVIII, parte da cultura brasileira, perdurando até hoje, é o candomblé. A religião, perseguida pelas Igrejas e até polícia, assim como a umbanda, sofre as consequências das investidas do capital monopolista. Sua dinâmica é caracterizada pela liderança de mulheres, as mães de santo.

Nessas comunidades as mulheres negras e pobres assumem e mantêm posições de poder e dominação sobre, entre outras pessoas, homens brancos de classe média e, menos frequentemente, alta. [...] O papel da mãe de santo dá a ela, como mulher negra e pobre (e também em vários graus aos grupos em volta dela), talvez a única “entrada” na sociedade dominante. Através das funções que exerce como mãe de santo, ela estabelece um mecanismo de acesso aos recursos materiais e humanos apropriados por outras classes [...], que redistribui em maior ou menor medida ao seu grupo. Então, através da religião, ela e seu grupo doméstico conseguem recursos e conexões maiores em termos de rede de influência, prestígio e clientelismo para melhor sobreviver (González, 2020, p. 63).

González (2020), ressalta a valorosa presença da mulher negra no Movimento Negro Unificado, que entende a luta antirracista como prioridade, aproximando-a de seus irmãos e companheiros. Os movimentos realizados nessa direção, seja no âmbito acadêmico ou nas favelas, com todas as faixas etárias, atestam crescente conscientização política. A autora coloca em lugar especial a mulher negra anônima, que sustenta econômica, afetiva e moralmente sua família, e de forma muito potente firma a luta pela sobrevivência. Assim, dá forças para as irmãs mais afortunadas no enfrentamento das barreiras de acesso aos seus direitos e contenção das violências sofridas. A autora atesta que diante da pobreza, solidão e submissão, a mulher negra é entendida como a portadora da chama da liberação, já que não tem nada a perder.

É importante insistir que, dentro da estrutura das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada. Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica — racial e/ou sexual — as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano (González, 2020, p. 145).

No tópico seguinte, destaca-se a perspectiva adotada pela psiquiatria hegemônica acerca da saúde mental das mulheres e o modo como o uso de drogas realizado por elas é entendido, a partir do ideal de feminilidade imposto.

2.3- SER MULHER, SAÚDE MENTAL E O USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Faria e Paiva (2023), afirmam que as pesquisas epidemiológicas apontam maior prevalência de transtornos do humor, ansiosos e somatoformes entre mulheres, enquanto no caso dos homens há maior prevalência de transtornos provenientes do uso de álcool e outras drogas.

As diferenças entre os dois grupos são explicadas principalmente por fatores biológicos, relacionados aos hormônios; psicológicos, na medida em que as mulheres perceberiam mais facilmente os sintomas; e culturais, uma vez que as mulheres se preocupam mais com a saúde do que os homens e, por consequência, procuram com mais frequência ajuda especializada e são, portanto, mais diagnosticadas (Santos; Siqueira, 2010 *apud* Faria; Paiva, 2023, p. 2).

Todavia, a maneira como os sintomas são usados para identificar cada transtorno pelos profissionais é influenciada pelos papéis de gênero atribuídos a cada grupo, assim como a sociedade no geral comprehende esses adoecimentos conforme os comportamentos esperados das mulheres e homens. Assim, faz- se imprescindível dar relevância à temática da violência contra a mulher na esfera da saúde mental, considerando uma relação entre as ocorrências do fenômeno e o aparecimento de sintomas atrelados à depressão, transtornos de estresse pós-traumático e ansiosos, além de despertarem ou agravarem estados emocionais como tristeza, rebaixamento da autoestima, instabilidade, sentimentos e pensamentos persecutórios, auto e heteroagressividade, e aumento do uso de drogas psiquiátricas, como antidepressivos.

Nesse cenário, a chamada psiquiatria hegemônica, com seu modelo biomédico e individualizante, por meio da promoção da medicalização da vida social, corrobora para a reprodução do capital. A perspectiva defendida por esse modelo sobre o que é ser mulher desvincula os sujeitos da realidade social, naturaliza o adoecimento feminino por meio do determinismo biológico, individualizando o sofrimento, culpabilizando as mulheres pelas mazelas que enfrentam, e patologizando suas vidas com a ênfase em estudos que centralizam os diagnósticos psiquiátricos. Indispensável dizer que as pessoas que se identificam com o que é entendido hegemonomicamente como “sexo feminino”, as mulheres transexuais e travestis, sofrem as consequências mais extremas da violência de gênero, o que é agravado quando se encontram em situação de rua, contexto de prostituição e uso abusivo de álcool e outras drogas. Na contramão dessa vertente, é preciso situar o adoecimento da mulher como fruto da sociedade capitalista, racista e machista onde crescem e sobrevivem.

Em relação às mulheres, [...] a história da psiquiatria se centrou, em grande parte, no estudo da “loucura” da mulher, apresentando-se como produção intelectual de psiquiatras homens sobre as narrativas e o sofrimento das mulheres. Nesse sentido, o conhecimento produzido sobre as mulheres, conforme esse modelo hegemônico, tem contribuído para o reforço de ideologias patriarcas e, consequentemente, para a naturalização de determinadas características (leia-se sintomas) tidas como exclusivamente femininas (Faria; Paiva, 2023, p.2).

O consumo de drogas entre as mulheres é visto pela sociedade no geral como quebra das normas de gênero impostas à elas, já que tal estatuto coloca como um ideal aquela que se dedica às tarefas de cuidado com a casa e a família. O imaginário social sobre mulheres usuárias de drogas está permeado pelo discurso da loucura, promiscuidade, agressividade e desajuste com o papel social dito feminino, sejam elas brancas ou negras. De acordo com Malheiro (2018), em uma cultura patriarcal e racista, estas mulheres são encaradas como aquelas que falharam socialmente e são punidas por isso, tal como as profissionais do sexo e as LGBTQIAPN+. A pesquisadora chama atenção para as vivências em torno do uso de crack e os significados da droga na vida das usuárias, as inúmeras violações de direitos e os desafios encontrados no enfrentamento dessa questão. Para isso, cita dados de pesquisa nacional sobre o consumo de crack e outras drogas:

As mulheres usuárias de crack e/ou similares encontram-se inseridas em contextos de maior vulnerabilidade e apresentam baixa escolaridade, experiência cotidiana de viver em situação de rua, histórico de violência sexual, uso concomitante e intenso de drogas lícitas e ilícitas, uso infrequente de preservativos, troca de sexo por dinheiro e/ou drogas, entre outros elementos de vulnerabilidade individual e social (Bastos, 2013 *apud* Malheiro, 2018, p. 184).

Alguns autores apontam que o que está por trás do aumento do uso de drogas entre as mulheres é a redução da desigualdade de gênero decorrente da modernização da sociedade. Com isso, numa tentativa de aproximação da condição de homem, as mulheres teriam passado a assumir comportamentos considerados masculinos. Malheiro (2018) identifica o olhar machista com o qual essa conclusão é construída, como se a existência da mulher fosse constituída a partir do contraste com a do homem, o que além de ser irresponsável, ignora as violências de gênero que, essas sim, podem ser as principais motivações para o uso nocivo de álcool e outras drogas. Como diz a pesquisadora, “os caminhos que levam as mulheres a recorrer ao uso de uma substância são diversos e não podem ser essencializados, nem imaginados pela subjetividade masculina” (Malheiro, 2018, p. 184). Nesse sentido, o uso de psicoativos realizado por mulheres deve ser analisado em sua totalidade e complexidade, para a busca por respostas sociais, políticas e de saúde que viabilizem o acesso a uma condição de vida digna para as usuárias.

Nas próximas sessões, estabelece-se a relação entre a violência de gênero contra a mulher e o uso abusivo de álcool e outras drogas, através de uma análise dos relatos das usuárias que acompanhei durante o estágio no CAPS AD III de Juiz de Fora.

3- A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Zanello (2019), com base na Convenção de Belém do Pará (1994), define violência contra a mulher como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado” (Artigo 1º).

Faz-se fundamental destacar a especificidade do trecho “baseada no gênero”, pois joga luz sobre as variáveis envolvidas nesse fenômeno. Trata-se de relações de poder (em várias esferas), dissimetricamente distribuídas, na cultura e na sociedade, a partir de especificidades corporais, de um lado; e, por outro, de diferentes performances e pedagogias afetivas interpeladas, que criam vulnerabilidades nos processos de subjetivação - nas relações amorosas para elas, e em masculinidades violentas, para eles. São muitos os tipos de violência que se inscrevem nessa categoria, os quais vão desde o sexismo cultural às violências física, psicológica, sexual, patrimonial etc., podendo chegar ao feminicídio, que seria o assassinato da mulher por fatores de gênero (Zanello, 2019, p. 137).

Durante os meus três períodos de estágio, com um olhar mais atento às usuárias do CAPS AD III de Juiz de Fora, dado o meu interesse em compreender a relação entre ser mulher, saúde mental e o uso abusivo de psicoativos, algumas determinações me chamaram atenção em seus relatos. A primeira é a impressão de que a maioria esmagadora das mulheres que passam pelo equipamento já sofreu/sofre com estupros, muitas vezes dentro de casa; grande parte das usuárias já esteve ou está com um parceiro que faz com que elas experienciem os cinco tipos de violência abarcados pela Lei Maria da Penha: psicológica, física, sexual, moral e patrimonial; a sobrecarga da dupla jornada de trabalho para dar conta dos cuidados com a casa, o marido e os filhos é motivo de intenso sofrimento psíquico. Ler a dissertação de Malheiro (2018) e os relatos de suas parceiras de pesquisa me fez ver que, de fato, essa é a realidade das mulheres usuárias de álcool e outras drogas, não só em Juiz de Fora, mas no Brasil e no mundo.

Malheiro (2018) apresenta as trajetórias de vida das mulheres entrevistadas, fazendo provocações acerca da política sobre drogas no Brasil e o modo como ela promove certos tipos de opressão, reforçando as violências de gênero.

O retorno à infância, à adolescência e a episódios marcantes na trajetória do uso de drogas das parceiras, possibilitou a compreensão das mulheres antes do seu encontro com a substância psicoativa (Korman, 1995) e após este encontro. Indagar sobre as suas vidas antes de passarem a usar crack foi uma estratégia eficiente para levar os sujeitos de pesquisa a refletir sobre a sua situação de vida atual (Malheiro, 2018, p. 186).

Com o mesmo intuito e considerando as limitações na construção de um trabalho de conclusão de curso, exponho fragmentos do meu portfólio de estágio que dizem das minhas

inquietações sobre o uso de álcool e outras drogas e sua relação com as diferentes formas de violência que as mulheres diariamente vivenciam.

3.1.1- A VIOLÊNCIA SEXUAL/FÍSICA

Malheiro (2018) diz que casos envolvendo violência sexual na infância são exaustivamente relatados tanto pelas parceiras de pesquisa mais próximas, quanto pelas outras mulheres que compõe o seu universo de pesquisa de vinte mulheres. Uma delas, Chá Preta, pontua que, apesar de muitas pessoas acreditarem que a maioria das mulheres em situação de rua estão nesta condição por conta do uso de drogas, na verdade, boa parte delas precisou fugir das violências que sofriam dentro de casa. Também, todas a mulheres do universo de pesquisa sofreram violência sexual na rua, o que a pesquisadora coloca como um momento que normalmente marca o início da vida nas ruas e estabelece as relações hierárquicas entre homens e mulheres, fixando as mulheres usuárias em um lugar de subalternidade. A Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack da Fiocruz (2014) aponta que “a proporção de mulheres que relataram ter sofrido violência sexual alguma vez na vida foi seis vezes a relatada pelos homens” (respectivamente, 46,63 e 7,49%).

Em um dia de estágio comecei o estudo de prontuário de uma usuária que estava em leito quando cheguei no CAPS AD. Ela fazia tratamento no serviço há alguns anos, tinha uma relação nociva com o álcool e fazia uso de outras drogas. Apresentava vínculo rompido com a família, como consequência de abuso sexual que sofreu do padrasto quando era adolescente. Na época, sua mãe, profissional do sexo e em uso de cocaína, desacreditou do relato de violência e continuou morando com o agressor. Nas vivências em situação de rua, após o episódio traumático, recorreu ao uso de psicoativos para atenuar o sofrimento. A usuária faleceu na linha do trem, em Juiz de Fora; não se sabe se foi um ato auto provocado ou uma violência do tráfico por dívida. Em memória de uma mulher que nos recebia com abraços apertados e sorriso no rosto.

Me chama atenção o fato de Chá Preta fazer o mesmo relato:

Tô voltando os laços familiares, tô visitando minha irmã, minha mãe. Agora mesmo que eu tô vendo minha mudança, hoje eu aceito, antes era muita raiva, é muita coisa que acontece na vida ta ligada? Enquanto mulher mesmo tá ligada? (olha no olho e se aproxima) Muita coisa errada acontece, é vida louca, mas, é uma coisa que eu quero esquecer o que eu sofri tá ligada (voz tremula)? Eu fui pra rua porque eu fui estuprada pelo meu padrasto (fala baixinho), tá ligada? Eu fui pra rua por causa disso... (treme a voz e chora). Eu tô me fortalecendo, indo na casa da minha irmã, da minha mãe. A gente vence, ajudando a outra a gente se cura. Hoje em dia homem nenhum toca a mão em mim. Eu guerreio grandão (Malheiro, 2018, p. 191).

Malheiro (2018) expõe outro episódio recorrente entre as usuárias de crack, até a leitura da dissertação, desconhecido por mim: o estupro por parte de policiais. A violência sexual é acompanhada pela humilhação da vítima, ressaltando a precariedade das suas condições de vida como usuária de crack. Contra o estupro de policiais e traficantes não há como fugir ou revidar, já que muitas vezes acontece com armas em punho e a retaliação pode ser severa. Independentemente de quem seja o agressor, ou onde aconteça a violência sexual, é remediada via elaboração de estratégias de proteção e a entrada no “sarau”, que se trata do uso de crack durante até 4 dias sem parar; poucas mulheres fazem o registro de denúncia formal do crime que sofreram.

Durante uma reunião de equipe no CAPS AD, uma enfermeira relatou o caso de usuária antiga do equipamento que foi violentada sexualmente quando estava em situação de rua e sob efeito de álcool, episódio que se repete em sua trajetória. Além disso, que quando estava internada no Hospital de Traumatologia e Ortopedia, por suas questões clínicas gravíssimas, era cobrada pelo namorado sobre seu desempenho e disponibilidade para o sexo. Observo que é comum entre as usuárias que estão em relacionamentos sequer imaginarem que sofrem estupros constantemente por parte de seus parceiros, já que consideram o sexo como um dever e um direito dos homens. A situação se agrava ainda mais com o uso abusivo de psicoativos e a presença de deficiência intelectual, devido ao aumento da vulnerabilidade física e psicológica.

No contexto de uma reunião de rede com outros equipamentos da Saúde Mental da cidade, conheci a história de uma usuária de outro CAPS e seu companheiro, usuário do CAPS AD, em decorrência de uso abusivo de álcool. A mulher, que possui um déficit cognitivo, tinha o cartão, através do qual deveria receber seu benefício assistencial, controlado pelo companheiro; tinha episódios recorrentes e graves de diarreia, já que ele oferecia a ela lixo para se alimentar; além de explorá-la, colocando-a para pedir dinheiro na rua. Meses depois, em acolhimento com o rapaz, que havia tido um bebê com a companheira, ele relatou que estava planejando agredi-la à noite, quando a moça já estivesse dormindo, porque ela não havia colocado o nome que ele gostaria na criança. Segundo ele, não haveria Lei Maria da Penha, feminicídio ou polícia que o impediria. Em todas as suas falas demonstrava o sentimento de posse e controle; nunca um afeto positivo. A psicóloga interveio de modo a responsabilizá-lo pelas ameaças e tomamos as medidas que estavam ao nosso alcance na tentativa de proteger a jovem.

Participei do acolhimento de uma mulher que, após mudanças nas medicações psiquiátricas, teve uma grande recaída de crack. Junto a isso, a usuária relatou agressões

físicas que vem sofrendo de seu companheiro. Marcamos nova consulta com o médico para reavaliação do seu tratamento e esclarecemos que a situação com seu companheiro traz prejuízos de várias ordens para sua vida, além de realizarmos encaminhamento para a Casa da Mulher. Uma escuta qualificada e colocações acertadas são fundamentais para que essas mulheres reconheçam o que estão passando como violência, já que, independente do tipo, muitas vezes são extremamente naturalizadas, principalmente dentro de um namoro ou casamento, como já mencionado. Essas informações precisam ser exploradas de modo facilitar a quebra do ciclo de violência, como fica visível, uma marca fundante da vida das usuárias.

Certo dia, minha supervisora de estágio havia marcado acolhimento para uma usuária que faz tratamento no CAPS AD há anos. Como ela não compareceu e sabemos que ela costumava ficar no Parque Halfeld, fomos até ela para conversar. Estava sentada entre irmãos, também usuários do equipamento, em situação de rua, alcoolistas graves; um deles abusava sexualmente da usuária quando estava alcoolizada. Ela demonstrava não estar consciente da violência que sofria e da gravidade desses episódios. Contou que saiu de casa e estava ficando na rua porque estava chateada com a filha (por volta de 16 anos), que estaria “dando muito trabalho” (SIC). Quando questionamos o que estava acontecendo, disse que a filha relatou à sua irmã que seu marido, padrinho da menina, “passou a mão” nela. A irmã foi cobrá-la sobre a atitude da menina, responsabilizando-a. A usuária fez um movimento importante de levá-la à Vara da Infância e Juventude para atendimento psicológico, contudo, seguia desacreditando da filha. Orientamos que ela continuasse dando o suporte que conseguisse apesar disso. Ela dizia que tinha medo de “destruir a família” da irmã. Me chama atenção o ciclo de violência contra a mulher que não é interrompido e agora se repete com a filha, causando sofrimento psíquico intenso e que pode vir a ocasionar um uso abusivo de álcool e outras drogas futuramente. Também, a desresponsabilização completa do tio e padrinho da menina, que em momento algum é questionado e a culpabilização da vítima. Além da ideia da família/casamento como algo sagrado, que deve ser preservado a qualquer custo, mesmo diante de desrespeito e violência. Em memória, a usuária faleceu na rua, segundo o SAMU, por causas naturais.

Uma usuária foi até o CAPS AD, acompanhada do marido e encaminhada pelo Conselho Tutelar. Foram atreladas a ela diversas hipóteses diagnósticas, como afetivo bipolar, borderline e transtorno de ansiedade, durante tratamento em saúde mental iniciado em 2016 em outro CAPS. Possui cinco filhos, de vinte, onze, quatorze e nove anos, e um bebê de seis meses, com o qual se queixa não estar conseguindo passar muito tempo, devido a suspeita de

um quadro de depressão pós-parto. A usuária iniciou o uso de cocaína aos treze anos, em sofrimento por conta do suicídio do pai e de violências sexuais em contexto de prostituição imposto pela mãe: “Três caras me estupraram” (SIC). Diz que a droga alivia a dor emocional e o sentimento de injustiça, já que os agressores não foram presos e sua voz não foi ouvida. Ela conta detalhes atuais da vida desses homens, como onde moram e com o que trabalham. Quando questionada sobre a vontade de cessar o uso de cocaína, responde: “Eu tenho interesse de me matar mesmo”; “Estou programando” (SIC). Já tentou autoextermínio com vidro e remédios. Me questiono se alguém que passou por inúmeras violências e traumas, além de lidar com uma vida precarizada em todos os âmbitos, como ela e tantas outras mulheres que acompanhei, pode ter uma “saúde mental estável”, não ser diagnosticada com vários números da “Classificação Internacional de Doenças”, ou acabar procurando a estratégia mais rápida e barata de acabar com a angústia, mesmo que por alguns minutos: a droga.

Malheiro (2018) aponta que o estupro não tem por objetivo a satisfação de um desejo sexual, mas a manutenção de uma ordem de poder; é uma forma de domesticar, de punir e violentar corpos que transgridem a ordem do estabelecido e desafiam o seu destino, firmando o lugar do homem na hierarquia de gênero. A autora ressalta que “a questão de gênero, somado a todas as cobranças e expectativas sociais em torno da mulher, produzem controles sociais muito mais rígidos para as mulheres e sobretudo para as mulheres negras em uma sociedade violentamente racista, machista e patriarcal” (Malheiro, 2018, p. 215). O lugar delas no contexto do escravismo era caracterizado pelo domínio econômico do homem/branco/proprietário sobre a mulher/negra/trabalhadora, sendo o estupro destas uma expressão de controle e dominação.

A violência sexual segue cumprindo o mesmo papel até os dias atuais, constituindo a materialização do machismo como estruturante das relações sociais, que nega a mulher como sujeito livre e autônomo. O uso de drogas entre as mulheres é considerado uma transgressão aos papéis que lhes foram designados, relacionados à submissão, ao cuidado com o marido, os filhos e a casa, o que gera punições vindas de todos os sentidos. Somado a isso, a existência em um cenário de guerra às drogas, que provoca constantes violações de direitos e ainda mais sofrimento, muitas vezes leva ao consumo abusivo de álcool e outras drogas como uma forma de resistência às dores físicas e psíquicas.

3.1.2- A MATERNIDADE

Outro tipo de violência decorre do fato de haver um consenso a respeito da impossibilidade das mulheres em uso principalmente de drogas ilícitas, como o crack, exercerem a maternidade. Malheiro (2018), aponta que essa percepção acontece em um contraste com o “ser mãe” idealizado pela sociedade, órgãos de justiça e saúde, e não com base em uma análise crítica da realidade dessa população. Dessa maneira, uma escuta que leve em consideração as vontades e desafios da mulher em relação ao exercício da maternidade se torna impossível. As vivências das mulheres pobres, negras, em situação de rua e usuárias de psicoativas em torno do gestar, parir e cuidar podem ser entendidas como uma atualização histórica do racismo estrutural.

Uma vez que as escravas eram classificadas como —reprodutoras, e não como — mães, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas. Um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos. Assim, de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque — crianças escravas [...] estão no mesmo nível de outros animais (Davis, 1944, p. 19 *apud* Malheiro, 2018, p. 231).

Minha supervisora de campo me passou o caso de uma usuária de vinte e um anos que estava no hospital há dias cuidando e amamentando seu segundo filho, quando teve a criança levada sem conversa ou aviso prévio. Com raiva - afinal, qual mãe não ficaria enfurecida? - danificou o hospital, e foi levada presa. A jovem faz uso de cocaína, naquele momento, interrompido. O episódio caracteriza violência institucional, já que retira o direito de maternar, sem que houvesse motivo pertinente ou sinal claro de negligência com o bebê. É comum que essas mulheres sejam punidas pelo Estado com a retirada de seus recém nascidos na maternidade ou perda da guarda de suas crianças e adolescentes como fruto da criminalização da pobreza, incorporada pela mídia e pelo judiciário. Os critérios utilizados para decidir se alguém está cumprindo com os deveres da maternidade são infundados, ou melhor, alicerçados na lógica moralista do controle social e dos papéis de gênero idealizados e socialmente atribuídos, selecionando, assim, quem pode ou não ser mãe. Malheiro (2018), observa em sua pesquisa que durante a gestação as jovens se organizam, controlam o uso de álcool e outras drogas, acessam serviços e ganham uma perspectiva de futuro. Quando esse cenário de maior cuidado e sentido para elas, lhes é arrancado, aumentam o consumo de psicoativos para aliviar o sentimento de vazio que resta.

Em um momento no qual o Estado deveria garantir o cuidado e proteção integral tanto da mãe quanto da criança, através dos equipamentos de justiça, saúde e assistenciais, o que acontece é uma violação dos seus direitos fundamentais. O texto do Estatuto da Criança e do Adolescente informa que nenhuma criança pode ser separada dos seus genitores por motivo de pobreza, sendo responsabilidade do Estado assegurar condições adequadas de moradia, saúde e alimentação. Quando tal premissa é desrespeitada, um dos princípios do ECA é ferido, já que, como consta no Artigo 19:

É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016).

Em um dia que não tive acolhimentos para acompanhar, fiquei andando pelo CAPS e observando o movimento. Uma moça com cerca de quarenta anos veio até o serviço para uma consulta médica e trouxe com ela a filha de nove anos. Percebi que a mulher parecia estar “dopada” de remédios psiquiátricos, sem energia. Já a menina estava super falante, puxando assunto com todos que paravam perto dela. Intrigada, peguei o prontuário para entender a história delas: a usuária desenvolveu um quadro depressivo depois de flagrar o genitor da criança abusando sexualmente dela quando tinha apenas cerca de cinco anos de idade. Começou a usar cocaína após um namorado oferecer a substância; aceitou para acompanhá-lo. É imensurável tamanho sofrimento e o sentimento de culpa de uma mãe que passa por algo assim, e da menina, que teve seu corpo violado quando sequer poderia identificar a violência.

Eu e minha supervisora de campo acolhemos um usuário de vinte e dois anos, acompanhado de sua mãe. Ele faz uso de álcool e cocaína, apresentando comportamentos agressivos quando está sob efeito das substâncias. Não possui crítica sobre sua conduta, dizendo que na sua idade tem que “curtir mesmo” (SIC). Ao ser questionado sobre sua vinda ao serviço, diz que acha que não precisa e que quem gostaria que ele fizesse o tratamento é a mãe, que demonstra desespero sobre a situação do filho. Ela conta que ele era uma criança muito agitada e se arrepende de não ter olhado para isso antes, mas é mãe solo e não podia dar muita atenção porque tinha que trabalhar. Relatou que já bateu no filho várias vezes e de diversas maneiras, na tentativa de pará-lo. O usuário estava em liberdade condicional e corria o risco de ser preso novamente, já que saiu de casa depois do horário permitido.

Percebe-se que na maioria das vezes os familiares que acompanham os usuários são mulheres. São delegadas às mães, principalmente, as árduas tarefas do cuidar, alimentar,

educar, limpar, sustentar, etc., papel pelo qual são “valorizadas”, chamadas de “guerreiras”, ou conhecidas como as que fazem “de tudo” pela família. Quando sentem que falharam nessa missão e, consequentemente, enquanto mulheres, o que resta é o sofrimento, a angústia e a culpa. Como questionam Faria e Paiva (2023, p. 17), diante da dedicação sempre direcionada para o outro e da impossibilidade de construir a própria trajetória de forma segura, livre e subjetiva: “quais as repercussões [...] de viver uma vida que não se vive para si? Somado ao assujoitamento, toda a trama de opressões, limitações e violências, o que esperar senão o desgosto pela vida? A “depressão” ou até mesmo a vontade de morrer?”.

3.1.3- O GENOCÍDIO E ENCARCERAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA

As mulheres, mães, em sua maioria negras, enfrentam, se não o maior, um dos maiores sofrimentos que podem enfrentar, ao perderem seus filhos nas operações policiais em nome da guerra às drogas.

Essas mulheres enlutadas, antes de chorar a morte, precisam lutar contra a criminalização da memória de seus filhos que foram vítimas de chacinas, mortes que o país não chorou, mortes que foram justificadas pela guerra como saldo de um confronto que não existiu. Jovens que se chocaram contra o arbítrio do Estado. Lutam para defender a memória de seus filhos ante a comunidade, o Estado e a sociedade em geral (Ferrugem, 2018, p.80).

A existência do Movimento Independente das Mães de Maio atesta a ação genocida do Estado brasileiro: surgiu em 2006, em São Paulo, em decorrência de um confronto entre a Polícia Militar e o Primeiro Comando da Capital (PCC)⁶. No episódio, mais de 500 jovens, que tinham entre 15 e 29 anos de idade, foram assassinados, em um intervalo de 10 dias, enquanto voltavam para casa ou estavam a caminho da escola/trabalho. Ao longo dos anos o movimento ganhou proporção nacional e hoje inclui Minas Gerais na luta contra a violência racista do Estado.

Ao pensarmos do ponto de vista das centenas de vidas perdidas e apagadas, mesmo após a morte, famílias enlutadas precisam lutar para resguardar a memória de seu ente e para desmentir e provar que o familiar não tinha envolvimento com o crime. Não por acaso, o lema do Movimento Independente MÃes de Maio é: “Os nossos mortos têm voz” (Silva; Dara, 2015, p.89), pois a luta dessas mulheres é para um reconhecimento da morte de seus filhos como força da violência de Estado (Ferrugem, 2018, p. 80).

Malheiro (2025), durante conferência virtual que participei, intitulada “Mulheres e Políticas de Drogas: A falsa guerra às drogas e o impacto para vida das comunidades e das

⁶ Notícia disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado>.

mulheridades”, chama a atenção para o aumento do encarceramento feminino em mais de 500% entre os anos de 2000 e 2014, expondo que atualmente o Brasil é o país que mais encarca e o quinto que mais encarca mulheres, na maioria do casos, por crimes relacionados ao tráfico de drogas. Como reforça a autora, “segundo o mandato da masculinidade no contexto do Estado brasileiro, o uso do aparato repressivo e militar via uso da violência contra mulheres é o método para reafirmar a sanha punitiva e a força de controle do Estado patriarcal e colonial” (Malheiro, 2018, p. 273). Destaca, ainda, que aquelas que têm seus filhos e maridos encarcerados também vivem o cárcere, ainda que indiretamente.

O encarceramento em massa ainda reforça a solidão da mulher negra, porque muitas dessas mulheres não recebem visitas por serem julgadas por estarem em situação de cárcere, transgredindo assim as normas de gênero destinadas às mulheres negras, que é o de ser empregada doméstica ou babá das/os filhas/os da elite brasileira (González, 1984; Souza, 2018). Muitos vínculos familiares são rompidos, principalmente na relação mãe e filho, gerando uma grande culpabilização e cobrança dessas mulheres sobre si mesmas (Nascimento; Rodrigues, 2019, p. 156).

3.1.4- A PROSTITUIÇÃO

O contexto de prostituição faz parte da vida de muitas meninas e mulheres que tiveram suas experiências atravessadas pelo uso principalmente de crack. Conforme a Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack da Fiocruz (2014, p. 93), no período da pesquisa “o relato de ter dado dinheiro ou drogas em troca de sexo nos homens foi cerca de seis vezes o observado entre as mulheres [...], ressaltando a marcante desigualdade de gênero na esfera das trocas sexuais e monetárias nesse contexto”. Malheiro (2018) verifica que o processo de ingresso nesse mundo acontece normalmente em um momento de transição para situação de rua, como um problema oriundo das diversas experiências de violência sexual sofridas por elas, o que acarreta um descuido do próprio corpo. “Não é uma simples adesão a uma prática de trabalho para gerar a renda para sustentar o seu uso de crack” (Malheiro, 2018, p. 234). Quando o sexo não é trocado pela droga, o dinheiro é usado mais frequentemente para o sustento das mulheres e depois para adquirir a substância. A ideia de que a prostituição é uma consequência, mecânica ou não, do uso de crack, desconsiderando sua complexidade contextual, precisa ser problematizada, já que os recorrentes casos de estupro, por exemplo, são citados como grandes facilitadores do início dessa prática. O relato de Luanda diz do quanto o limite entre o que é considerado prostituição ou não se perde em situações de extremo desamparo e vulnerabilidade:

Sabe porque a mulher é mais discriminada? Porque o homem se aproveita do momento da fissura, percebe quando a mulher está mais frágil e chama: —Vamos ali fazer um sexo por 5 reais, ou dá uma pedra, ou um pouco de resina, eu já vi várias vezes isso acontecer. E eles depois ainda ficam discriminando! —Olha ali, fez um boquete no cara por 5 conto, o paí que sacizeira fuleira essa! Você me entendeu? Por isso que elas são todas discriminadas. E o pior é que quem se aproveita é o mesmo que discrimina. Isso deixa até as outras que não fazem (programa) pegar a fama. Vira tudo a mesma coisa, esse é o problema (Malheiros, 2018, p. 221).

Moreira (2025), explica que o termo “prostituição” está associado a um conjunto de relações em constante transformação, sendo uma construção simbólica com valor predominantemente negativo nas sociedades ocidentais, e englobando uma variedade de práticas que extrapolam o âmbito econômico ou sexual. No Brasil, tem-se registros de sua presença desde as primeiras invasões europeias.

A prostituição nas colônias, assim como na Europa, estava intrinsecamente ligada à exploração econômica, e as mulheres passaram a ser vistas não apenas como forças de trabalho reprodutivo, mas também como uma classe marginalizada e submetida a controle. Nas colônias, as mulheres, especialmente as indígenas e africanas, foram frequentemente forçadas à prostituição, sendo tratadas como objetos de consumo sexual pelos colonizadores. A exploração sexual dessas mulheres reflete a dinâmica de colonialidade, na qual, principalmente as mulheres racializadas, tiveram seu controle sobre os próprios corpos e suas práticas de sexualidade desmantelados, operando dentro de um sistema de dominação e subordinação que se expandia com a colonização (Moreira, 2025, p. 83).

As ideias que giram em torno da mulher caracterizada como “puta”, que denota a prostituição, são referentes às condutas e comportamentos que fogem do que é socialmente esperado quanto ao papel feminino: a “bela, recatada e do lar”. A linguagem aparece como estratégia de controle das mulheres que não realizam trabalho sexual, contribuindo para o enquadramento destas: uma forma de punir, disciplinar e conservar os papéis de gênero.

A divisão das mulheres entre boas e más beneficia a estabilidade do sistema. O estigma da prostituição nada tem a ver com o que as trabalhadoras sexuais são e fazem. Ele representa um potente elemento de controle para as mulheres que não atuam na indústria do sexo. O modelo de esposa e mãe abnegada exige muito sacrifício. Ainda que se diga que a mulher é a rainha do lar, sabemos que não é, que é uma pessoa a serviço de todo mundo. É um modelo tão pouco atraente e com tão pouca recompensa e reconhecimento que a única forma de conseguir que as mulheres se adequem a ele é assegurar a elas que a outra possibilidade é pior (Juliano, 2002, p. 6 *apud* Moreira, 2015, p. 125).

3.1.5- A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Além da violência de gênero e vida precarizada, aspectos que são agravados com o uso de psicoativos, ao procurem ajuda muitas mulheres enfrentam a violência institucional nos equipamentos de tratamento especializado, sendo vítimas de discriminação e tendo suas demandas específicas negligenciadas. Malheiro (2018) relata que no ano de 2016, no final de uma roda de conversa com suas parceiras de pesquisa e outras convidadas, Janete, uma mulher negra jovem, narra uma experiência de violências doméstica e institucional que sofreu ao procurar uma casa abrigo:

Eu estava sendo ameaçada pelo meu marido. Eu ficava com ele ali na Praça dos Correios, eu, minha filha e ele. A gente tava morando na rua e eu fiquei com medo dele e fui nessa delegacia da mulher. Eu não sabia como era isso, então neste mesmo dia que fui ameaçada, juntei meu dinheiro, dei xeia a menina com uma camarada e fui prestar a queixa. Fui muito maltratada. Estava querendo falar das ameaças e a delegada perguntando se eu fumava crack, se eu tinha filho, que eu não deveria andar em certos lugares. Pedi a ela ajuda quase chorando, precisava sair da rua e ir para algum lugar. Ela me disse que existia a casa abrigo, mas eu não podia entrar porque era moradora de rua e usava droga e lá não aceita. Sai cheia de ódio, aquela não era uma delegacia para mulher? Então eu sou menos mulher? Não sou mulher não? (Malheiro, 2018, p. 180).

A mesma questão sobre (não) ser mulher levantada por Sojourner Truth em 1851 nos Estados Unidos, em um contexto de recente abolição da escravidão, é levantada por Janete em 2016, no Brasil, em um contexto de avanço do neoliberalismo, conservadorismo e ataque às políticas sociais.

Um ponto crucial nessa discussão é a violência como tópico indispensável de atenção na investigação da trajetória de vida das mulheres que chegam nos Centros de Atenção Psicossocial, os CAPS. Os acolhimentos devem dispor de escuta qualificada e atenta aos sinais de qualquer tipo de violência para que não haja um processo de culpabilização das usuárias e individualização das situações que atravessam o caminho da maioria delas, especialmente as mulheres negras, reproduzindo o silenciamento ao qual são submetidas. Assim, no contexto da atenção psicossocial, dada sua relação estreita com o adoecimento feminino, a violência, assim como os papéis de gênero, devem ser discutidos em atividades individuais ou em grupos, a fim de promover um processo de conscientização e desnaturalização das tarefas e lugares delegados às mulheres em nossa sociedade.

Consideramos que é importante contribuirmos no fortalecimento de uma práxis efetivamente implicada com o processo de emancipação das mulheres e que se preocupe em desnaturalizar a ideologia patriarcal em suas mais diversas formas de expressão: no âmbito da própria família, nas relações de trabalho, nas relações afetivas, entre outras. É imperioso, ainda, que não

esqueçamos que a dimensão de gênero se imbrica, numa relação inextrincável, às dimensões de classe e raça e, portanto, devem ser consideradas no desenvolvimento do trabalho realizado no cotidiano dos serviços de atenção psicossocial (Faria; Paiva, 2023, p. 21).

No último tópico, busca-se apontar o papel dos equipamentos de saúde mental na proteção e cuidado das mulheres que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas e ressaltar a importância da luta por políticas públicas que contemplem as demandas postas por elas.

3.2- O PAPEL DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE MENTAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CUIDADO DAS MULHERES QUE FAZEM USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Durante os relatos das mulheres entrevistadas por Malheiro (2018), elementos ofertados pela rede socioassistencial foram apontados como instrumentos importantes para o desenvolvimento de estratégias de redução de danos. Estar em um ambiente livre de violência, mais seguro, viabiliza um controle maior do uso de psicoativos: o acesso ao abrigamento, por exemplo, foi citado como recurso crucial para o estabelecimento de dias e horários para o consumo, facilitando sua diminuição. O vínculo profissional de saúde-usuário/paciente também foi mencionado como peça fundamental para uma mudança de vida a partir do ser e se sentir cuidada. A participação em grupos, oficinas e cursos viabiliza certa distância da violência e do sofrimento, e a construção de projetos de vida e opções outras de atividades, que não o uso da droga.

A autora afirma que as principais causas da entrada no saraú segundo seu universo de pesquisa são: estupro em ambiente familiar, estupro coletivo, por policiais, traficantes, pelo companheiro de rua, agressão física grave pelo companheiro e a retirada de filho(a) recém-nascido(a) na maternidade. Com isso, enfatiza a indispensabilidade da compreensão do quão complexa é a análise do uso de álcool e outras drogas e da inclusão da violência de gênero nos estudos acerca do tema. É possível concluir que as inúmeras experiências violentas sofridas pelas mulheres engendram um processo de adoecimento psíquico e o uso descontrolado de psicoativos, que passa a ser um sintoma da existência em circunstâncias desumanas. “O poder farmacológico do crack – unicamente – não explica a condição de precariedade de muitas vidas que foram atravessadas pelo consumo deste produto” (Malheiro, 2018, p. 215).

É imprescindível, ao discutir sobre o uso de drogas no universo feminino, refletir sobre os efeitos psíquicos de uma sociedade estruturada no mandato da masculinidade, que reatualiza o patriarcado através da reprodução da

violência para firmar a dominação do corpo feminino (Malheiro, 2018, p. 228).

Malheiro (2018) constatou que as mulheres que participaram de sua pesquisa são jovens, negras, de baixa escolaridade, em situação de pobreza extrema, com histórico de abuso sexual durante a infância e depois dela e com vínculos familiares rompidos. Assim como ela, julgo de imensa valia registrar as múltiplas violências às quais estas mulheres estão submetidas em todos os âmbitos da vida no sistema capitalista-racista-machista e no contexto de guerra às drogas. “[...] Faz-se necessário ainda tornar legível as diversas formas que o Estado brasileiro, bem como forças paraestatais têm de matar objetivamente e subjetivamente uma mulher” (Malheiro, 2018, p. 246). Documentar os efeitos da hierarquia de gênero somados aos da guerra às drogas sobre as mulheres brasileiras usuárias de álcool e outras drogas particularizando suas vivências oportuniza a criação de estratégias de resistência e políticas públicas socioassistenciais e de saúde que de fato ofereçam proteção e cuidado para este público.

A RENFA (Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas) foi fundada em 2016 como um meio de luta especialmente pelos direitos das mulheres usuárias de álcool e outras drogas. Defende a reforma da atual política de drogas, com foco na proteção dos sujeitos mais atingidos pelos rebatimentos da guerra às drogas, como as mulheres encarceradas, seus familiares, profissionais do sexo, mães vítimas da violência do Estado, mulheres em situação de rua, e LGBTQIAP +, em sua maioria negras.

A Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) é uma organização política feminista, antirracista, supra partidária e anticapitalista, criada para atuar em rede na luta pelos direitos humanos e fortalecimento político das mulheres e pessoas trans. Nosso objetivo é transformar os modelos de controle pelos sistemas de opressão racista, patriarcal e capitalista, em especial no campo das políticas de drogas. Estamos organizadas em 16 coletivos locais nos seguintes estados: AL, AP, BA, CE, MG, PA, PE, RJ, RN, RR, SE, SC, SP e no Distrito Federal (RENFA, 2024).

A conferência supracitada (Mulheres e Políticas sobre Drogas: A falsa guerra às drogas e o impacto para vida das comunidades e das mulheridades), foi promovida pela RENFA e é um dos passos preparatórios para a 5^a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5^a CNPM), marcada para 29 de setembro a 1º de outubro de 2025, em Brasília, com o tema “Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas”. Luana Malheiro (2025), faz alguns apontamentos muito interessantes mostrando movimentos feitos na direção da conquista de maior proteção e acesso ao cuidado em saúde para as mulheres que fazem uso de psicoativos. Um exemplo é a campanha “De cara, bêbada ou chapada, nenhuma mulher merece ser estuprada”, após episódio de estupro de uma jovem negra ter

sido justificado pelo fato da vítima usar psicoativos. Também, a criação de um centro de convivência para mulheres e crianças no Centro Histórico de Salvador, com o objetivo de tirar mulheres da cena de uso. A proposta do espaço é o acolhimento e a produção de luta antiproibicionista, o que me parece ser uma boa estratégia de cuidado e organização política.

Malheiro (2025), convoca as mulheres para a construção de acesso à políticas públicas que considerem as escolhas e a liberdade das mulheres negras, pessoas marginalizadas nos territórios, que buscam ajuda nos diferentes equipamentos sócio-assistenciais, e para o combate à criminalização da existência dessas mulheres, lembrando também das mulheres trans e travestis. A ativista diz que “é preciso meter a mão nas políticas públicas!”. Outro ponto marcante de sua fala é a lembrança de que a Lei Maria da Penha não acoberta as mulheres em situação de rua, em situação de violência nas cenas de uso ou no tráfico. A mesma fala de Carla Akotirene, assistente social, Mestra e Doutora em Estudo de Gênero, Mulheres e Feminismos pela UFBA (Universidade Federal da Bahia), que em suas redes sociais, no dia em que a referida lei completava 19 anos desde que foi sancionada, em 2006, destacou que ela não é efetiva em territórios perseguidos pela guerra às drogas, já que a polícia tem seu compromisso firmado é com o genocídio do jovens negros.

Ferrugem (2022), salienta a importância do que as mulheres negras como Carla Akotirene, Lélia González, as integrantes da RENFA, e tantas outras fizeram e têm feito: tomar para si a narrativa da própria história, evitando as visões naturalizadas e estereotipadas que associam a elas os adjetivos de fortes e guerreiras, o que é resultado, na verdade, da resistência à opressão e única alternativa de existência. Uma consequência severa disso é o não ser olhada ou cuidada.

Quando não consideramos os efeitos dos sistemas de dominação sexista e patriarcal, de supremacia branca e capitalista (hooks, 2019) na produção do cuidado, estamos operando com uma métrica baseada na ideia de sujeito universal, portanto do homem, branco, cisgênero, cristão, burguês, em uma perspectiva norte-global-centrada que opera não apenas com a produção e manutenção desse sujeito universal, mas com o perigo do qual nos alerta Chimamanda Adichie (2019): o perigo das histórias únicas. Histórias que nos apequenam, que nos silenciam (Ferrugem, 2022, p. 172).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário no qual o público estudado neste trabalho está inserido, as mulheres que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas no Brasil, é caracterizado pela crise estrutural do capitalismo iniciada em 1970 e o avanço do neoliberalismo, como propulsores de mudanças significativas nas esferas econômica e política, como a flexibilização da produção e das

relações de trabalho e a privatização do patrimônio público. Em nome da acumulação do capital, em um contexto de superprodução, provocou-se desde então uma acentuação das expressões da “questão social”, com o aumento do desemprego estrutural, da miséria, violência e da destruição do meio ambiente. O fato de atualmente estarmos submersos em um cotidiano violento, competitivo, repetitivo e vinculado às necessidades de sobrevivência, cria a urgência de amenizar ou fugir dos sentimentos de apatia, sofrimento, angústia e baixa produtividade desenvolvidos ao longo da vida, o que muitas vezes leva ao consumo de álcool e outras drogas. Observa-se que o consumo de psicoativos é anterior ao capital, contudo, as condições subalternas de existência produzidas por ele na medida do seu desenvolvimento tem relação direta com o uso abusivo como presenciamos atualmente.

As mulheres que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas no país são jovens, negras, de baixa escolaridade, em situação de pobreza extrema, com histórico de abuso sexual durante a infância e depois dela e com vínculos familiares rompidos. Ao levar em conta a construção sócio-histórica do Brasil, torna-se indispensável considerar os recortes de raça e classe que particularizam as trajetórias das mulheres não brancas, negras ou indígenas. Dessa forma, coube evidenciar o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil e suas origens marcadas pelo caráter colonial e escravista, o que forjou as relações sociais do capital dependente no país assentadas no genocídio objetivo e simbólico dos povos originários e das pessoas negras escravizadas. O proibicionismo e a guerra às drogas corroboram para a constante atualização das tecnologias racistas, que recaem sobre as mulheres negras na forma de discriminação, violência e sofrimento em todos os âmbitos da vida.

Os relatos das usuárias que escutei no CAPS AD III de Juiz de Fora, das parceiras de pesquisa de Luana Malheiro, de Lélia González, entre outras autoras, são marcados pela violência em suas diversas formas, como a doméstica, institucional, sexual, a retirada do direito à maternidade, o genocídio e encarceramento em massa da população negra, os estupros constantes, a sobrecarga devida a dupla jornada de trabalho para o cuidado com a casa, o marido e os filhos, as vivências em contexto de prostituição, etc. Esses episódios são narrados como fontes inesgotáveis de sofrimento, e o uso abusivo de álcool e outras drogas aparece como uma maneira de atenuá-lo. É possível concluir que as inúmeras experiências violentas sofridas pelas mulheres engendram um processo de adoecimento psíquico e o uso descontrolado de psicoativos, que passa a ser um sintoma da existência em circunstâncias desumanas. Como futura assistente social, acredito que documentar os efeitos da hierarquia de gênero somados aos da guerra às drogas sobre as mulheres brasileiras usuárias de álcool e

outras drogas, particularizando suas vivências, oportuniza a criação de estratégias de resistência e políticas públicas socioassistenciais e de saúde que de fato ofereçam proteção e cuidado para este público. Essa luta é anticapitalista, antimanicomial, feminista, antirracista, antiproibicionista e antidiscriminação da população LGBTQIAPN+.

A pesquisa exposta nos capítulos deste trabalho concentrou-se na investigação da relação direta que se constitui entre a violência de gênero contra as mulheres e o uso abusivo de álcool e outras drogas. A complexidade e a quantidade limitada de material e dados dedicados à essa problemática me permitiu somente estabelecer uma primeira aproximação com o tema, dadas as limitações de um trabalho de conclusão de curso. Entretanto, pretendo aprofundar o estudo desenvolvido na graduação durante o mestrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, nº 23, 2015.
- BARROCO, MARIA LÚCIA SILVA. Ética e Serviço Social. **Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- BRITES, C. **Psicoativos (Drogas) e Serviço Social: uma crítica ao proibicionismo**. 1. ed., Cortez Editora, 2018.
- Bolsonaro critica o aborto previsto em lei de menina de 11 anos que engravidou após estupro. In: **G1**. São Paulo, junho, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/06/24/bolsonaro-critica-o-aborto-previsto-em-lei-de-menina-de-11-anos-que-engravidou-apos-estupro.ghtml>> Acesso em: 10 ago. 2025.
- CHAGAS, I. Veja nove vezes em que Bolsonaro atacou os direitos das mulheres. In: **Brasil de Fato**. Florianópolis (SC), março, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/07/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres/>> Acesso em: 10 ago. 2025.
- COSTA, P. H. A. **Drogas e alienação: para além da droga-mercadoria e do capital**. Estudos de psicologia, 25(4), p. 412-423, 2020.
- COSTA, P. H. A. **Entre nós, laços e tramas: compreendendo a rede de atenção aos usuários de drogas**. 2017. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- DUBOC, J. R.; SILVA, A. M. A determinação social da consciência: classe, raça e gênero na formação social brasileira. **Temporalis**. Brasília - DF, v. 24, n. 4, p. 207-221, 2025. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/47828>> Acesso em: 11 ago. 2025.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 2021.
- FARIA, N. C.; PAIVA F. S. Saúde mental e violência contra à mulher: reflexões a partir de um estudo de caso. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**. [s.l.], v. 16, n. 3, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/gerais/article/view/49168/39462>> Acesso em: 04 jul. 2025.
- FERRUGEM, D. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial**. 2018. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- FERRUGEM, D.; RODRIGUES, L.; OLIVEIRA, M. A. Um correio-memória de mulheres negras: narrativas do existir como cuidado em saúde mental. In: **Da clínica do contar ao contar a clínica**. 1^a ed. Santa Cruz do Sul - RS: EDUNISC, 2022. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/246951/001148009.pdf?sequence=1>> Acesso em: 28 de jul. 2025.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONZÁLEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1^a ed. [s.l], Zahar, 2020.

IAMAMOTO, M.V. **A questão social no capitalismo.** Revista Temporalis, Rio de Janeiro, p. 9-32, 2001.

Mães de Maio: a reação contra a violência do Estado. In: **Brasil de Fato.** São Paulo - SP, 13 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>> Acesso em: 10 ago. 2025.

MALHEIRO, L. S. B. **Tornar-se mulher usuária de crack: trajetórias de vida, cultura de uso e política sobre drogas no Centro de Salvador, Bahia.** 2018. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack.** Rio de Janeiro - RJ: ICICT/FIOCRUZ, 2014. Disponível em: <<https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20o%20Uso%20de%20Crack.pdf>> Acesso em: 9 ago. 2025.

Ministra Damares Alves teria agido para impedir aborto de criança de 10 anos, segundo jornal. In: **Universidade Federal de Minas Gerais.** Minas Gerais, 22 set. 2020. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ministra-damares-alves-teria-agido-para-impedir-a-bordo-de-crianca-de-10-anos-segundo-jornal>> Acesso em: 10 ago. 2025.

MOREIRA, F. P. **Trabalho sexual e exploração de mulheres de baixa renda na sociedade hetero-patriarcal-racista capitalista.** 2025. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NASCIMENTO, A.; RODRIGUES, A. Perspectivas insubmissas de mulheres negras sobre o proibicionismo das drogas. In: **Luta antimanicomial e feminismos: inquietações e resistências.** 1ª ed. [s.l.], Autografia, 2019.

OLIVEIRA, R. N. Serviço Social e as relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo: debates entre teoria da reprodução social e decolonialidade. ENPESS. 2024.

O retrocesso na política nacional de drogas do governo Bolsonaro. In: **Carta Capital.** [s.l.], 08 set. 2025. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/hempadao/o-retrocesso-na-politica-nacional-de-drogas-do-governo-bolsonaro/>> Acesso em: 10 ago, 2025.

RENFA. **Sobre a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas.** [s.l.], 2024. Disponível em: <https://renfa.org/sobre-nos?anchorElement=element_109> Acesso em: 08 ago. 2025.

RJ: Pacientes dopadas são resgatadas de comunidade terapêutica clandestina. In: **CNN Brasil.** Rio de Janeiro - RJ, 28 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/rj-pacientes-dopadas-sao-resgatadas-de-comunidade-terapeutica-clandestina/>> Acesso em: 10 ago. 2025.

Sob Bolsonaro, comunidades religiosas viram principal terapia de dependentes químicos mesmo sem controle e resultados. In: **BBC News Brasil.** [s.l.], 25 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61184132>> Acesso em: 10 ago. 2025.

ZANELLO, V. Violência de gênero contra as mulheres e saúde mental: psiquiatriização, silenciamento e invisibilidades. In: **Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher.** Brasília - DF, Marcial Pons, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/360342065_Violencia_de_genero_contra_as_>

[mulheres_e_saude_mental_psiquiatrizacao_silenciamento_e_invisibilidades>](#) Acesso em: 02 ago. 2025.